

Rewilding Portugal



RELATÓRIO ANUAL | 2022

Preâmbulo

A **ARIP – Associação Rewilding Iberia PT** (doravante designada por ARIP, RP ou Associação) é uma associação sem fins lucrativos constituída em 7 de janeiro de 2019, por escritura lavrada no Cartório Notarial de António José Alves Soares, situado na Avenida da República nº 15 - 1º andar, em Lisboa.

A ARIP tem sede na Quinta da Maunça S/N, João Bravo, 6300-035 Arrifana, Guarda, na freguesia de Arrifana, concelho da Guarda, o NIPC 515 213 985 e tem *“por fim promover o regresso da natureza selvagem, incluindo fauna e flora, em diversas partes de Portugal.”*

Nos termos dos Estatutos da ARIP (artigo 11º), o ano financeiro é o ano civil e haverá um relatório anual a *“ser apresentado para votação e aprovação pela Assembleia Geral e ser submetido às autoridades competentes nos prazos legais”*. À Direção caberão os poderes de administração (artigo 9º, nº1).

A ARIP, enquanto associação sem fins lucrativos, é uma “Entidade do Setor Não Lucrativo” (ESNL) a que é obrigatoriamente aplicável o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Este tipo de entidades tem que apresentar as seguintes demonstrações financeiras: Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo.

O conjunto dos documentos de prestação anual de contas da ARIP fica completo juntando o relatório anual, da responsabilidade da Direção, às demonstrações financeiras a que o SNC obriga, que serão subscritas pela Direção e Contabilista certificado.

O Relatório Anual tem a seguinte estrutura:

- Preâmbulo
- Relatório de gestão
- Balanço
- Demonstração dos resultados
- Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Notas anexas
- Relatório de Atividades – 2022
- Plano de Atividades – 2023
- Relatório de Auditoria
- Relatório e Parecer do Fiscal Único

Relatório de Gestão

1. INTRODUÇÃO

A ARIP é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, a 7 de janeiro de 2019, com sede em Quinta da Maunça s/n João Bravo, 6300-035 Guarda.

Tem como atividade principal CAE 94992- Associações de Defesa do Ambiente para que possa prosseguir os objetivos de promover o regresso da natureza selvagem, incluindo fauna e flora, em diversas partes de Portugal, vai associar-se a várias associações ligadas à defesa do ambiente e ao movimento ecológico em geral.

Este relatório dá cumprimento às obrigações legais e estatutárias e vai servir para descrever toda a envolvimento da Associação e do que mais importante ocorreu no ano de 2022.

2. ATIVIDADE ANUAL

A ARIP está atualmente a implementar quatro projetos, dois dos quais iniciados em 2019 e dois em 2022. O projeto LIFE WolFlux e o ELP – Promover a Renaturalização do Grande Vale do Côa iniciaram-se em 2019, sendo 2022 o quarto ano de implementação desses projetos de 5 anos. Devido à pandemia e outros atrasos, será solicitada uma prorrogação sem custos a ambos os projetos, pelo que só terminarão em 2024, em vez de 2023 como inicialmente previsto. Estes dois projetos estão a ser implementados em parceria com a Universidade de Aveiro, Zoo Logical, ATNatureza e Rewilding Europe. A RP é a Beneficiária Coordenadora do projeto LIFE WolFlux, enquanto a Rewilding Europe é a coordenadora do projeto ELP.

Em 2022, a ARIP recebeu a 4ª visita de monitorização do projeto LIFE WolFlux, onde tanto o monitor do projeto (João Salgado) como a project advisor (Anita Fassio) visitaram a área do projeto. Adicionalmente, a RP apresentou em outubro de 2022 o 2º Relatório de Progresso do projeto.

Em 2022, a ARIP submeteu à Rewilding Europe a informação necessária para a conclusão do Relatório Semestral em abril e do Relatório Anual em outubro do projeto ELP. A ARIP recebeu também a Equipa de Gestão do ELP, que visitou a área do projeto em abril. Por fim, a RP participou na Reunião Anual dos projetos ELP online em dezembro.

Os dois novos projetos são o projeto Open Rivers Program para obter licenças para remover três barreiras no rio Côa, e o projeto Rewilding Paul de Toirões, apoiado pela Mossy Earth e pelo Ecological Restoration Fund (ver acima). Ambos os projetos começaram no final do ano e a maior parte de sua execução ocorrerá em 2023.

O desenvolvimento mais detalhado da atividade desenvolvida em 2022 pela ARIP apresenta-se em anexo a este relatório.

Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2022 foram imputados a rendimentos 688.138 euros (637.523 euros como subsídio à exploração e 50.615 euros como subsídio ao investimento no âmbito destes contratos, compensados por ganhos em diferenças de câmbio de 56.783 euros. Os subsídios à exploração foram imputados, por compensação de gastos incorridos em 2022 no âmbito dos projetos referidos, ao passo que nos subsídios ao investimento, a imputação teve por base as depreciações do investimento efetuado no âmbito dos projetos e a taxa de comparticipação respetiva (100%).

Gastos com o pessoal

A Associação em 31/12/2022 contava com 18 colaboradores (16 em 31/12/2021) especializados nas áreas que a associação pretende desenvolver.

Os gastos com o pessoal no período em apreciação atingiram um montante de 355.979 euros:

Descrição	2022	2021
Remunerações do pessoal	292.911,02	215.966,60
Encargos sobre remunerações	61.017,53	45.620,51
Seguros	2.050,15	1.388,54
Total	355.978,70	262.975,65

A média de trabalhadores ao serviço passou de 12 (em 2021) para 16 (em 2022), conjugada com a evolução salarial, justificam o aumento registado em gastos com o pessoal em 2022, face a 2021.

Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos, em 2022, ascenderam a 343.677 euros e desagregam-se da forma seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	178.673,21	101.342,59
Materiais	50.900,58	31.890,81
Energia e fluidos	30.299,31	17.028,20
Deslocações, estadas e transportes	47.025,62	14.020,60
Serviços diversos	36.778,74	7.125,63
Total	343.677,46	171.407,83

Os fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 100,5% (+172.269,63 euros), face ao período de 2021, motivado pelo acréscimo da atividade. As rubricas que mais contribuíram para este aumento foram os trabalhos especializados (74.185,73 euros), deslocações e estadas (+31.795,96 euros), rendas e alugueres (+19.093,58 euros), ferramentas e utensílios de desgaste rápido (18.469,92 euros) e combustíveis (+12.337,33 euros).

Os serviços especializados dizem respeito a serviços técnicos prestados por terceiros que a Associação não pode garantir pelos seus meios, tais como serviços de notariado, design gráfico, consultoria, contabilidade e revisão legal das contas.

Investimento

A Associação, no período de 2022, efetuou um investimento de 177.889 euros. Este valor desagrega-se em edificações, nomeadamente cercas/vedações (61.463 euros), terrenos (56.146 euros), equipamento de transporte (23.723 euros), cavalos (26.500 euros), equipamento básico, tais como localizadores de animais, equipamento de limpeza florestal e computadores (8.757 euros) e computadores administrativos (1.301 euros).

3. PLANO DE ATIVIDADES DE 2023

Para o ano de 2023 a ARIP estabeleceu as prioridades seguintes:

Objetivos para a organização e para a equipa

- Estratégia 2030 clara e apoiada pela equipa, direção e parceiros chave.
- Melhorar a forma como a equipa funciona e resolve conflitos, trabalhando em conjunto pelos mesmos objetivos.
- RP declarada como entidade de utilidade pública.
- Aumentar a equipa para aumentar o alcance do trabalho da RP.

Objetivos de restauro ecológico

- Corredor ecológico do Côa mais consolidado com uma nova área adquirida.
- Todas as áreas da RP a funcionarem de forma semelhante e a proteger a fauna e a flora de forma eficaz.
- Áreas da RP declaradas como Áreas Protegidas Privadas.
- Diversificar as espécies de pastoreio natural e aumentar o efetivo de cavalos Sorraia.
- A RP tornar-se o maior criador de cavalos Sorraia do mundo.

Objetivos de comunicação, enterprise e trabalho com comunidades

- Apostar na visitação e trabalho conjunto com a Rede Côa Selvagem.
- Centro Rewilding licenciado e operacional como alojamento local.
- Abrigos fotográficos instalados no Paul de Toirões.
- O festival CÔA – Corredor das Artes é um sucesso.
- Criar melhores ligações com as comunidades do GCV, reforçando o trabalho de proximidade da RP.
- Presença nacional e influência sobre decisores, fazendo-nos ouvir mais e melhor.

Junto a este Relatório apresentamos em detalhe o plano de atividades para 2023.

4. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Entre a data do balanço e a data de aprovação do projeto de proposta das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

5. RESULTADOS E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

Propõe-se que o resultado líquido negativo do período no valor de 3,92 euros tenha a seguinte aplicação:

- Resultados transitados: -3,92 euros (três euros e noventa e dois cêntimos).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim temos a declarar que não existe dívidas ao Estado ou à Segurança Social em estado de mora.

Por último, gostaríamos de agradecer a todos os que de algum modo colaboraram com a Associação, desde funcionários a todos os outros colaboradores.

Guarda, 31 de março de 2023

O Diretor Executivo



Balanço

Rubricas	Notas	Exercícios	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	669.524,40	542.250,69
Investimentos financeiros	6	4.650,67	3.291,31
		674.175,07	545.542,00
Ativo corrente			
Inventários		1.447,25	504,10
Créditos a receber		70,32	0,00
Estado e outros entes públicos	9.1.2	686,37	228,99
Diferimentos	9.1.4	8.828,75	2.391,31
Créditos a receber	5/6	1.953.186,81	1.729.547,47
Caixa e depósitos bancários	9.1.1	593.489,68	775.717,27
		2.557.709,18	2.508.389,14
Total do ativo		3.231.884,25	3.053.931,14
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados Transitados	5/9.1.5	16.527,20	17.878,55
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	5/9.1.5	665.062,90	538.550,17
		681.590,10	556.428,72
Resultado Líquido do Período		-3,92	-1.351,35
Total dos fundos patrimoniais		681.586,18	555.077,37
Passivo			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	6	42.485,19	10.354,67
Estado e outros entes públicos	9.1.2	13.030,00	9.076,33
Financiamentos obtidos	9.1.3	1.631,14	17,68
Diferimentos	5/9.1.4	2.008.295,45	1.935.258,57
Outros passivos correntes	5/6	484.856,29	544.146,52
		2.550.298,07	2.498.853,77
Total do passivo		2.550.298,07	2.498.853,77
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.231.884,25	3.053.931,14

A Contabilista Certificada



O Diretor Executivo



Demonstração dos resultados

Rubricas	Notas	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		4.881,59	439,00
Subsídios, doações e legados à exploração	5	637.522,67	342.386,66
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1.027,83	-785,94
Fornecimentos e serviços externos	9.1.6	-343.677,46	-171.407,83
Gastos com o pessoal	7	-355.978,70	-262.975,65
Outros rendimentos	5/9.1.7	111.952,43	128.746,09
Outros gastos	9.1.8	-3.065,44	-589,89
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - EBITDA		50.607,26	35.812,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-50.615,45	-37.163,79
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) - EBIT		-8,19	-1.351,35
Juros e rendimentos similares obtidos		4,27	0,00
Resultado antes de impostos		-3,92	-1.351,35
Resultado Líquido do Período		-3,92	-1.351,35

A Contabilista Certificada



O Diretor Executivo



Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Descrição	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade			Total dos fundos patrimoniais
		Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	
Posição no início do período 2021	1	6.497,97	456.181,53	11.380,58	474.060,08
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	9.1.5	11.380,58	82.368,64	-11.380,58	82.368,64
	2	11.380,58	82.368,64	-11.380,58	82.368,64
Resultado líquido do período	3			-1.351,35	-1.351,35
Resultado integral	4=2+3			-12.731,93	81.017,29
Operações com instituidores no período					
	5	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2021	6=1+2+3+5	17.878,55	538.550,17	-1.351,35	555.077,37

Descrição	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade			Total dos fundos patrimoniais
		Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	
Posição no início do período 2022	1	17.878,55	538.550,17	-1.351,35	555.077,37
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	9.1.5	-1.351,35	126.512,73	1.351,35	126.512,73
	2	-1.351,35	126.512,73	1.351,35	126.512,73
Resultado líquido do período	3			-3,92	-3,92
Resultado integral	4=2+3			1.347,43	126.508,81
Operações com instituidores no período					
	5	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2022	6=1+2+3+5	16.527,20	665.062,90	-3,92	681.586,18

A Contabilista Certificada



O Diretor Executivo



Demonstração dos fluxos de caixa

Rubricas	Notas	Períodos	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	9.1.1	4.811,27	763,54
Pagamentos a fornecedores	9.1.1	308.969,97	200.787,61
Pagamentos ao pessoal	9.1.1	352.139,39	258.781,86
Caixa gerada pelas operações		-656.298,09	-458.805,93
Outros recebimentos/pagamentos	9.1.1	634.794,45	1.150.621,78
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-21.503,64	691.815,85
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	9.1.1	160.429,32	96.042,85
Investimentos financeiros	9.1.1	298,90	1.266,83
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	9.1.1	4,27	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-160.723,95	-97.309,68
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	9.1.1	-182.227,59	594.506,17
Efeitos das diferenças de câmbio	9.1.1	56.783,25	90.910,01
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.1.1	775.717,27	181.211,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.1.1	593.489,68	775.717,27
Varição de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)	9.1.1	-182.227,59	594.506,17

A Contabilista Certificada



O Diretor Executivo



Notas anexas

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A ARIP- Associação Rewilding Iberia Pt (doravante designada como ARIP ou Associação) é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, a 7 de janeiro de 2019, com sede em Quinta da Maunça s/n João Bravo, 6300-035 Guarda.

Tem como atividade principal CAE 94992- Associações de Defesa do Ambiente para que possa prosseguir os objetivos de promover o regresso da natureza selvagem, incluindo fauna e flora, em diversas partes de Portugal, vai associar-se a várias associações ligadas à defesa do ambiente e ao movimento ecológico em geral.

As verbas para desenvolver as atividades a que se propõem, são na totalidade de instituições estrangeiras e de alguns mecenas pessoais, também eles estrangeiros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo: NCRF-ESNL);

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL);

- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo).

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 13 de julho, (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Entidade, foram considerados as seguintes bases de preparação:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Entidade durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data do balanço.

Regime da periodização económica (acrécimo)

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições de reconhecimento.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas na rubrica de “Outras contas a receber”, em “Devedores por acréscimos de rendimento”. Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de “Outras contas a pagar”, em “Credores por acréscimo de gastos”.

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de “Diferimentos”, em “Rendimentos a reconhecer” ou “Gastos a reconhecer”, respetivamente.

Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

Materialidade e agregação

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Entidade não explicitou qualquer critério de materialidade para o efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto á agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovadas para as ESNL.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens do balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Não se considera compensação (i) a mensuração de ativos líquidos de deduções de valorização, por exemplo, deduções de obsolescência nos inventários e deduções de dívidas duvidosas nas contas a receber, (ii) a dedução da quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume obtidas ou concedidas (iii) a dedução ao produto da alienação de ativos não correntes da quantia escriturada do ativo e dos gastos de venda relacionados, e (iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito.

Comparabilidade

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras sejam emendadas, as quantias comparativas serão reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotadas na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excecionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Associação.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2021.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Principais políticas contabilísticas:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade de acordo com a normalização contabilística para as ESNL.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das respetivas depreciações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções	10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 anos
Ativos biológicos	10 anos
Outros ativos tangíveis	8 anos

As mais ou menos valias provenientes do abate ou alienação dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre os preços de venda e a quantia líquida escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram e é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão nem o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a entidade, e v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente dos serviços prestados apenas é reconhecido quando i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a entidade, iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada, e iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo, só são reconhecidos após haver segurança de que: i) a entidade cumprirá as condições a ele associadas e ii) os subsídios serão recebidos.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos no próprio período na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para o balanceamento com os gastos relacionados que se pretende que compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Acontecimentos Após a Data do Balanço

Os acontecimentos que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço dão lugar ao reconhecimento de ajustamentos. Os que surgirem após a data do balanço não dão origem a quaisquer ajustamentos, mas se forem materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

As transações em moeda estrangeira são registadas, no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional, pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Instrumentos Financeiros

i) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e utentes ou de outros terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e de outras dívidas de terceiros por forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a entidade tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes pela totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do IVA a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

ii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo ou ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nesta rúbrica correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a doze meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Benefícios dos Empregados

A entidade reconhece: i) um passivo quando os empregados tenham prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro e ii) um gasto quando consumir o benefício económico proveniente dos serviços prestados pelos empregados.

Os benefícios dos empregados englobam: benefícios de curto prazo tais como salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas, contribuições para a segurança social, ausências permitidas de curto prazo, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, transporte e outros bens gratuitos) referentes aos empregados correntes. Podem também incluir benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo, benefícios de cessação de emprego e benefícios de remuneração em capital próprio.

As participações nos lucros e as gratificações são pagáveis dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestaram o respetivo serviço. A entidade faz uma estimativa fiável da sua obrigação legal ou construtiva segundo um plano de participação nos lucros ou de gratificações nos termos do parágrafo 21 da NCRF 28.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Outras políticas contabilísticas relevantes

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A entidade classifica na rúbrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de associados, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. As atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em entidades participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis e intangíveis. As atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos relativos a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades equiparáveis, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com o SNC-ESNL, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Secretariado Executivo foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente nos eventos e transações em curso, à data de aprovação do presente projeto de proposta de demonstrações financeiras.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas neste projeto de demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

Apesar de as estimativas serem determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, poderão sempre ocorrer situações, em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas:

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas, relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício anterior por não existir.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas:

Não foram efetuadas alterações nas estimativas contabilísticas, relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício anterior por não existir.

3.4. Correções de erros de períodos anteriores:

Não foram detetados erros materiais, relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício anterior por não existir.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) A mensuração dos ativos fixos tangíveis é efetuada ao custo de aquisição deduzida das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos biológicos (cavalos) também estão mensurados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas por se considerar que não se consegue mensurar fiavelmente o justo valor.

b) Na depreciação dos ativos fixos tangíveis é utilizado o método da linha reta, com uma imputação duodecimal. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) A vida útil dos bens e as taxas de depreciação são definidas e aplicadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o previsto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração à sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

d) O movimento ocorrido durante o exercício nos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Ativos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis
Quantia escriturada bruta:							
Saldo inicial (01/01/2022)	375.590,01	40.209,28	33.339,23	125.197,95	11.516,82	21.200,00	447,11
Adições	56.145,83	61.463,09	8.756,75	23.722,50	1.300,99	26.500,00	0,00
Alienações							
Abates							
Transf. de Inv. em Curso							
Valores brutos totais	431.735,84	101.672,37	42.095,98	148.920,44	12.817,80	47.700,00	447,11
Depreciações acumuladas:							
Saldo inicial (01/01/2022)		2.308,53	6.070,52	47.659,51	7.504,71	1.589,98	116,44
Adições		8.047,06	5.070,74	31.773,02	1.561,23	4.107,51	55,89
Alienações							
Abates							
Depreciações acumuladas totais:	0,00	10.355,59	11.141,26	79.432,53	9.065,94	5.697,49	172,33
Perdas por imparidade acumuladas:							
Adições							
Reversões							
Alienações							
Abates							
Perdas imparidade acumuladas totais:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total líquido	431.735,84	91.316,78	30.954,72	69.487,91	3.751,86	42.002,51	274,78

A Associação, no período de 2022, efetuou um investimento de 177.889 euros. Este valor desagrega-se em edificações, nomeadamente cercas/vedações (61.463 euros), terrenos (56.146 euros), equipamento de transporte (23.723 euros), cavalos (26.500 euros), equipamento básico, tais como localizadores de animais, equipamento de limpeza florestal e computadores (8.757 euros) e computadores administrativos (1.301 euros).

e) A entidade não detém ativos fixos tangíveis com restrição de titularidade.

f) À data de 31 de dezembro de 2022 não existem compromissos contratuais materialmente relevantes para aquisição de ativos fixos tangíveis.

5. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

A ARIP está atualmente a implementar quatro projetos, dois dos quais iniciados em 2019 e dois em 2022. O projeto LIFE WolFlux e o ELP – Promover a Renaturalização do Grande Vale do Côa iniciaram-se em 2019, sendo 2022 o quarto ano de implementação desses projetos de 5 anos. Devido à pandemia e outros atrasos, será solicitada uma prorrogação sem custos a ambos os projetos, pelo que só terminarão em 2024, em vez de 2023 como inicialmente previsto. Estes dois projetos estão a ser implementados em parceria com a Universidade de Aveiro, Zoo Logical, ATNatureza e Rewilding Europe. A RP é a Beneficiária Coordenadora do projeto LIFE WolFlux, enquanto a Rewilding Europe é a coordenadora do projeto ELP.

Em 2022, a ARIP recebeu a 4ª visita de monitorização do projeto LIFE WolFlux, onde tanto o monitor do projeto (João Salgado) como a project advisor (Anita Fassio) visitaram a área do projeto. Adicionalmente, a RP apresentou em outubro de 2022 o 2º Relatório de Progresso do projeto.

Em 2022, a ARIP submeteu à Rewilding Europe a informação necessária para a conclusão do Relatório Semestral em abril e do Relatório Anual em outubro do projeto ELP. A ARIP recebeu também a Equipa de Gestão do ELP, que visitou a área do projeto em abril. Por fim, a RP participou na Reunião Anual dos projetos ELP online em dezembro.

Os dois novos projetos são o projeto Open Rivers Program para obter licenças para remover três barreiras no rio Côa, e o projeto Rewilding Paul de Toirões, apoiado pela Mossy Earth e pelo Ecological Restoration Fund (ver acima). Ambos os projetos começaram no final do ano e a maior parte de sua execução ocorrerá em 2023.

A ARIP reconhece o valor desses subsídios quando existe uma segurança razoável acerca do cumprimento das condições contratuais e da execução dos respetivos projetos, efetuando o controlo dos recebimentos pela conta de ativo 2785 – “*Subsídios a receber*” e dos valores por imputar a rendimentos pela conta de passivo 2822 – “*Rendimentos a reconhecer - Subsídios à exploração*” ou numa conta de fundos patrimoniais 5931 – “*Subsídios*”, esta na parte do subsídio ao investimento.

Por outro lado, no âmbito do projeto ELP e LIFE, a ARIP conta com parceiros, para os quais são canalizados parte do subsídio recebido provenientes daqueles projetos, suportados por contratos. O controlo destes montantes é efetuado pela conta de passivo 2786 – “*Subsídios dos parceiros*”

Desta forma, em 2022/2021, a evolução dos subsídios provenientes daqueles projetos é a seguinte:

Ano 2022

Programa	Valores por receber (Ativo)	Valores por executar (Passivo)	Fundos patrimoniais	Demonstração Resultados
ELP – Promover a renaturalização do Grande Vale do Côa	864.589	764.029	590.311	278.498
LIFE WolFlux	562.875	446.678	44.011	219.461
Albrecht von Sonntag	331.904	345.486	6.213	59.986
LIFE_003	73.000	56.381		7.104
Open Rivers	52.500	70.000		
Mossy Earth	24.416	35.824		800
Earth Today	12.710	148.096		6.078
Organic Basics	9.250	6.056		15.444
Edenly	1.500			
TEN-01				30.000
Arcadia Fund		13.775	8.597	24.070
REO		77.646		17.114
SYMINTON		28.716		11.284
Fundação Barcelona				10.109
ECOLOGICAL RESTORATION FUND		11.904	15.932	953
IEFP	3.811	3.705		2.646
Outros organismos				4.592
Totais	1.936.554	2.008.295	665.063	688.138

Ano 2021

Programa	Valores por receber (Ativo)	Valores por executar (Passivo)	Fundos patrimoniais	Demonstração Resultados
ELP – Promover a renaturalização do Grande Vale do Côa	1.043.727	1.138.210	486.994	143.813
LIFE WolFlux	562.875	676.324	33.826	167.514
LIFE_003	73.000	63.485		9.515
Arcadia Fund	15.625	12.055	6.792	12.403
Earth Today	12.710	12.710		
Organic Basics	9.250	21.500		
Fundação Barcelona	6.000	10.109		1.892
Edenly	1.500			
Albrecht von Sonntag		867	10.938	22.844
TEN-01				14.570
Mossy Earth				7.000
Totais	1.724.687	1.935.259	538.550	379.550

Em suma e de acordo com o quadro apresentado, relativamente aos projetos supraditos temos a referir:

- Do valor contratualizado estão por receber 1.936.554 euros e por executar 2.008.295 euros.

- Em 2022 foram imputados a rendimentos 688.138 euros (637.523 euros como subsídio à exploração e 50.615 euros como subsídio ao investimento no âmbito destes contratos, compensados por ganhos em diferenças de câmbio de 56.783 euros. Os subsídios à exploração foram imputados, por compensação de gastos incorridos em 2022 no âmbito dos projetos referidos, ao passo que nos subsídios ao investimento, a imputação teve por base as depreciações do investimento efetuado no âmbito dos projetos e a taxa de comparticipação respetiva (100%).

- Em 31/12/2022 os valores por imputar a rendimento de períodos futuros eram de 2.008.295 euros no que diz respeito a subsídios à exploração, aquando da sua execução e 289.473 euros de subsídios ao investimento. O restante valor refletido em fundos patrimoniais (375.590 euros) diz respeito ao montante pago pelos terrenos adquiridos que, como se trata de um investimento não depreciável, o respetivo subsídio não será imputado a resultados, ficando em outras variações nos fundos patrimoniais;

- No que respeita aos parceiros o ponto de situação reportado a 31/12/2022 era o seguinte:

Descrição	Zoological	ATNatura	Rewilding Europe	U. Aveiro	Total
Apoio contratualizado	126.771	239.060	207.429	290.789	864.049
Apoio libertado em 2019	-19.943	-59.590	-31.051	-14.239	-124.823
Apoio libertado em 2020	-10.549	-27.261	-6.000	-40.216	-84.026
Apoio libertado em 2021	-9.451	-39.983	-29.140	-44.468	-123.042
Apoio libertado em 2022	-17.911	-19.789	-4.135	-14.296	-56.131
Saldo	68.917	92.437	137.103	177.570	476.027

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1 Bases de mensuração

É política da ARIP reconhecer um ativo financeiro, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio, apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A ARIP mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros, e enquanto for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse mesmo instrumento financeiro.

6.2 Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao custo/custo amortizado menos imparidades

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Investimentos financeiros	4.650,67	3.291,31
Outros ativos correntes	1.953.186,81	1.729.547,47
Total	1.957.837,48	1.732.838,78

O valor registado em investimentos financeiros (4.650,67 euros) respeita a contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (4.150,67 euros) e a títulos de capital do Crédito Agrícola (500,00 euros).

A rubrica de outros ativos correntes inclui o valor por receber no âmbito dos projetos em que a Associação está inserida (1.936.553,67 euros). Este valor encontra-se detalhado na Nota “Subsídios e outros apoios das entidades públicas”.

b) Passivos financeiros mensurados ao custo/custo amortizado

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	42.485,19	10.354,67
Outros passivos correntes	484.856,29	544.146,52
Total	527.341,48	554.501,19

A dívida a fornecedores resulta do desenvolvimento da atividade da Associação.

A rubrica de outros passivos correntes inclui o valor a entregar aos parceiros dos projetos em que a Associação está inserida (476.027,47euros). Este valor encontra-se detalhado na Nota “Subsídios e outros apoios das entidades públicas”.

7. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal no período em apreciação têm a decomposição seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações do pessoal	292.911,02	215.966,60
Encargos sobre remunerações	61.017,53	45.620,51
Seguros	2.050,15	1.388,54
Total	355.978,70	262.975,65

A média de trabalhadores ao serviço passou de 12 (em 2021) para 16 (em 2022), conjugada com a evolução salarial, justificam o aumento registado em gastos com o pessoal em 2022, face a 2021.

8. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

8.1 Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais sugeridos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Entre a data do balanço e a data de aprovação do projeto de proposta das demonstrações financeiras não foram encontrados factos que divergissem de forma significativa, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

9. OUTRAS DIVULGAÇÕES

9.1 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

9.1.1 Fluxos de Caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, que dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos através dos registos contabilísticos da Entidade.

A caixa e seus equivalentes compreende o dinheiro em caixa, em depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

Assim, o total de caixa e seus equivalentes em 31/12/2022 ascende a 593.489,68 euros, o qual corresponde ao saldo de caixa e depósitos bancários.

A Associação não tem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso imediato.

A desagregação dos movimentos ocorridos no exercício de 2022:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-21.503,64	691.815,85
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-160.723,95	-97.309,68
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	0	0
Varição de caixa e seus equivalentes	-182.227,59	594.506,17
Caixa e seus equivalentes no início do período	775.717,27	181.211,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período	593.489,68	775.717,27
Varição de caixa e seus equivalentes (saldo inicial - saldo final)	-182.227,59	594.506,17

Os fluxos de caixa das atividades operacionais estão muito influenciados pelo valor recebido dos projetos em que a Associação está inserida.

9.1.2 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de EOEP - Ativo em 31 de dezembro de 2022 é o seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	686,37	228,99
Total	686,37	228,99

O detalhe da rubrica de EOEP - Passivo em 31 de dezembro de 2022 é o seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Retenção na fonte de IRS dependente	3.062,00	2.525,00
Retenção na fonte de IRS independente	249,83	212,30
Impostos sobre o Valor Acrescentado	1.944,69	0,00
Taxa social única	7.590,95	6.195,47
Fundo de compensação	182,53	143,56
Total	13.030,00	9.076,33

As retenções de imposto sobre o rendimento e as contribuições para a Segurança Social e para o FCT/FGCT evidenciam as retenções, quotizações e contribuições do mês de dezembro de 2022, que foram entregues ao Estado em janeiro de 2023.

9.1.3 Financiamentos obtidos

O saldo e transações registados em financiamentos obtidos dizem respeito à movimentação do cartão de crédito, que tem um plafond de crédito no montante de 5.000 euros.

9.1.4 Diferimentos

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Gastos a reconhecer	8.828,75	2.391,31
Rendimentos a reconhecer	2.008.295,45	1.935.258,57

Os gastos a reconhecer respeitam à especialização dos custos com seguros e rendas, pagos no ano 2022, com periodicidade que inclui o ano seguinte.

Os rendimentos a reconhecer respeitam a valores por imputar a rendimento de períodos futuros no âmbito dos projetos em que a Associação está inserida (2.008.295,45 euros). Este valor encontra-se detalhado na Nota "Subsídios e outros apoios das entidades públicas".

9.1.5 Fundos patrimoniais

Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Resultados transitados	16.527,20	17.878,55
Outras variações nos fundos patrimoniais	665.062,90	538.550,17
Resultado líquido do exercício	-3,92	-1.351,35
Total	681.586,18	555.077,37

O valor de outras variações nos fundos patrimoniais (665.062,90 euros), detalhado na Nota “*Subsídios e outros apoios das entidades públicas*”, diz respeito ao:

- Montante por imputar a rendimento de períodos futuros de subsídios ao investimento (289.472,89 euros);
- Montante pago pelos terrenos adquiridos que, como se trata de um investimento não depreciável, o respetivo subsídio não será imputado a resultados, ficando em outras variações nos fundos patrimoniais (375.590,01 euros).

O resultado líquido do período de 2021 foi transferido para resultados transitados.

9.1.6 Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Serviços especializados	178.673,21	101.342,59
Materiais	50.900,58	31.890,81
Energia e fluídos	30.299,31	17.028,20
Deslocações, estadas e transportes	47.025,62	14.020,60
Serviços diversos	36.778,74	7.125,63
Total	343.677,46	171.407,83

Os fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 100,5% (+172.269,63 euros), face ao período de 2021, motivado pelo acréscimo da atividade. As rubricas que mais contribuíram para este aumento foram os trabalhos especializados (74.185,73 euros), deslocações e estadas (+31.795,96 euros), rendas e alugueres (+19.093,58 euros), ferramentas e utensílios de desgaste rápido (18.469,92 euros) e combustíveis (+12.337,33 euros).

Os serviços especializados dizem respeito a serviços técnicos prestados por terceiros que a Associação não pode garantir pelos seus meios, tais como serviços de notariado, design gráfico, consultoria, contabilidade e revisão legal das contas.

Para dar cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais é de referir que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão Legal de Contas ascendem a 3.690 euros (IVA incluído).

9.1.7 Outros rendimentos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças de câmbio favoráveis	56.783,25	90.910,01
Imputação de subsídios para investimento	50.615,45	37.163,79
Outros não especificados	4.494,12	671,79
Descontos de pronto pagamento obtidos	59,61	0,50
Total	111.952,43	128.746,09

O valor das diferenças de câmbio favoráveis (56.615,45 euros), decorre da transposição pelo uso da taxa de fecho (1 USD = 0,93756 EUR), do montante por receber do projeto ELP, contratualizado em dólares americanos.

Os subsídios ao investimento, a imputação teve por base as depreciações do investimento efetuado no âmbito dos projetos e a taxa de comparticipação respetiva (100%). Este valor encontra-se detalhado na Nota "Subsídios e outros apoios das entidades públicas".

9.1.8 Outros gastos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos	517,52	340,19
Outros	2.547,92	249,70
Total	3.065,44	589,89

Guarda, 31 de março de 2023

A Contabilista Certificada



O Diretor Executivo



REWILDING PORTUGAL

Relatório de Atividades - 2022

1. Sumário Executivo	1
2. Rewilding, Conservação e Coexistência.....	3
3. Natureza para as Pessoas.....	8
4. Promover Envolvimento.....	10
5. Liderança e Iniciativa.....	14
6. Financiadores e angariação de fundos.....	15
7. Institucional	17
8. Anexos.....	18

1. Sumário Executivo

2022 foi o 4º ano de atividade da Rewilding Portugal (RP). Durante o ano, a equipa avançou significativamente em todas as áreas de trabalho da organização, mas também enfrentou alguns desafios para realizar algumas ações. A nível institucional, a RP continuou a crescer, passando a ser uma equipa de 18 pessoas. Atualmente, a RP possui cerca de 700 hectares de terra no Grande Vale do Côa (GCV) e gere outros 800 ha, num total de 1,500 ha sob gestão direta da organização.

Em 2022 a RP arrendou a Quinta da Azilheira na Guarda. O contrato de arrendamento é por um período de cinco anos. A “core area” três era uma das peças que faltavam na abordagem de áreas chave no GVC e a RP irá agora gerir esta nova área. Foi também assinado um contrato de gestão para o Paul de Toirões, uma propriedade de 300 ha no local de uma antiga mina em Almeida.

A Rewilding Portugal tem atualmente três manadas de cavalos Sorraia – uma no Vale Carapito (5 animais), outra no Ermo das Águias (11 animais) e uma terceira na Ribeira do Mosteiro (5 animais), num total de 21 animais. Na primavera de 2022 nasceram dois potros (o Seixo e a Semente). A área atualmente ocupada pelas três manadas é de 378 hectares.

A Equipa de Vigilância da RP removeu sete armadilhas ilegais e patrulhou mais de 20.000 Km nos distritos da Guarda e Viseu. Para além da deteção de crimes ambientais (laços, uso de veneno), a Equipa de Vigilância desempenha também um papel importante nos meses de verão, a nível da vigilância de incêndios.

Em novembro de 2021, a RP confirmou uma nova colónia reprodutora de abutre-preto na Malcata e tem vindo a monitorizá-la desde então. Em 2022, foi possível confirmar sucesso reprodutor em dois ninhos da colónia.



Em 2022, a RP implementou medidas de restauro de habitat para corço em Vila Nova de Paiva (Freguesia do Touro), através da assinatura de um protocolo com a associação de caça local, para desmatamento de algumas áreas e realização de plantações em 16 hectares. Cinco charcos foram também criados para melhorar a retenção e disponibilidade de água na área. Foi também realizada a recuperação de prados em cerca de 10 hectares na ZCA da Junça, para melhorar o habitat para o corço.

No final do ano foi iniciada a recuperação das zonas húmidas do Paul de Toirões com algumas movimentações de terra para ligar algumas das massas de água existentes na propriedade, suavizar as margens abruptas e melhorar a hidrologia geral da zona.

Em 2022, foram instaladas duas vedações metálicas fixas e dez vedações elétricas (duas vedações elétricas fixas e oito móveis), totalizando 16 vedações à prova de lobo. Além disso, 33 de um total de 64 cães de proteção de gado foram integrados com produtores locais.

Uma nova parceria foi iniciada com a uma empresa Alemã que produz calçado sustentável, a Wildling Shoes. Esta empresa, através da RP, passou a adquirir lã a pastores que fazem parte do projeto LIFE WolFlux e têm boas medidas de coexistência com o lobo ibérico. Adicionalmente, decorreu em junho uma mesa redonda sobre a monitorização de lobo ibérico a sul do rio Douro, reunindo autoridades nacionais portuguesas e espanholas (ICNF, Junta de Extremadura, Junta de Castilla y Leon), assim como outras 10 entidades relevantes. A importância da cooperação entre Espanha e Portugal na conservação do lobo ibérico foi reconhecida por todos os participantes.

A Rede Côa Selvagem continuou a crescer em 2022, com a adesão de 14 novos membros ao longo do ano, elevando a rede para um total de 33 membros – desde operadores turísticos a alojamentos locais e produtores locais.

Foram iniciados os preparativos para o CÔA – Corredor das Artes. O website do festival foi publicado em agosto de 2022, e o processo de seleção de artistas para as residências foi um sucesso, com mais de 318 propostas recebidas de todo o mundo. A partir dessas propostas, seis artistas foram selecionados para realizar as residências artísticas da primeira edição do festival. As primeiras visitas dos artistas à região aconteceram no final do ano.

Este ano, pela primeira vez, a RP esteve diretamente envolvida nas festas anuais das aldeias de Vilar Maior (perto do Vale Carapito) e Vale de Madeira (perto do Ermo das Águias). Em Vilar Maior, o Vila Wild Festival foi realizado em colaboração com a Associação Muralhas de Vilar Maior – um evento ligado à conservação da natureza e rewilding. Sessões informativas são realizadas anualmente com estas comunidades para as manter atualizadas sobre nosso trabalho e resultados anuais.

Realizou-se em setembro, em Cascais (Quinta do Pisão), o Simpósio Rewilding Symposium, o primeiro do género em Portugal, organizado em parceria com a Cascais Ambiente, membro da European Rewilding Network. Este evento focou-se na abordagem rewilding para a conservação da natureza e restauro ecológico e reuniu muitas partes interessadas para discutir diferentes tópicos relevantes a nível nacional.

No final do ano foi concluído o processo de licenciamento do Centro Rewilding como Alojamento Local. O objetivo é abrir o Rewilding Center ao público no início de 2023, tornando-o um mecanismo de financiamento sustentável para a RP a longo prazo.

2. Rewilding, Conservação e Coexistência

Corredores de coexistência, ecossistemas funcionais, restauro ecológico, compra e gestão de propriedades, pastoreio natural e vigilância

2.1. Corredores de coexistência

Em 2022 a RP deu continuidade ao trabalho de estabelecer corredores de convivência nos distritos da Guarda, Viseu e Aveiro (área de distribuição do lobo ibérico a sul do rio Douro). A RP trabalha com os agricultores para proteger o gado, através da mudança de práticas de manejo, integração de cães de proteção de gado e/ou uso de vedações fixas ou elétricas à prova de lobo. Em 2022, a RP começou a trabalhar pela primeira vez com vedações elétricas (fixas e móveis) para proteger o gado. Essas vedações foram fornecidas pela Gallagher, que também forneceu duas sessões de treino aos membros da RP encarregados de instalar e manter essas vedações. Em 2022 foram instaladas duas vedações metálicas fixas e dez vedações elétricas (duas vedações elétricas fixas e oito móveis). Além disso, 33 cães de proteção de gado foram integrados com produtores locais. Realizou-se também em julho, no distrito de Viseu, uma visita de campo para promover uma troca de boas práticas com criadores de gado sobre medidas de prevenção de prejuízos (vedações à prova de lobo tanto fixas como elétricas).

Realizou-se também no mês de julho, na região de Montemuro (Viseu), uma visita de campo de troca de boas práticas para medidas de prevenção de prejuízos, co-organizada com o LIFE Maronesa, que contou com a participação de 14 criadores de gado locais, que tiveram a oportunidade de ver como os seus pares estão a implementar medidas de prevenção de prejuízos. Realizou-se ainda uma reunião entre a RP e a AcriGuarda sobre a gestão da rede de cães de proteção de gado na Guarda, e formação de técnicos e associados em como integrar e educar cães de proteção de gado.

2.2. Ecossistemas funcionais

A RP está também a trabalhar com produtores pecuários locais para melhorar a coexistência com as aves necrófagas (principalmente o grifo, mas também o abutre-do-Egipto e o abutre-preto). A RP tem ajudado os produtores a submeter pedidos de licença para poderem deixar os cadáveres de gado morto (excepto vacas) nas suas explorações, em áreas especificamente designadas, onde se possam alimentar aves necrófagas (APANs). Em 2022, a RP submeteu cinco pedidos para APANs, mas devido à lentidão do processo burocrático (primeiro aprovação pelo ICNF, e posteriormente pela DGAV), os processos ainda não foram aprovados. A RP enviou uma carta formal ao ICNF a solicitar informação sobre o estado destes processos, através da nossa colaboração com a Gama Glória (serviços pro bono desta sociedade de advogados), mas até ao momento não obteve resposta.

2.3. Restauro ecológico

O trabalho de restauro ecológico da RP pode ainda ser subdividido em diferentes secções, nomeadamente monitorização, medidas de restauro de habitats, reforços populacionais e gestão cinegética.

2.3.1. Monitorização

A RP monitoriza de todas as áreas que gere, e mantém registos detalhados e extensivos de todas as espécies encontradas. Esta monitorização é realizada usando vários métodos que vão desde os métodos tradicionais, como a observação direta e contagem de indícios, até aos mais recentes, como armadilhagem fotográfica e monitorização acústica. Em 2022 foi feita a monitorização inicial de vertebrados (aves, anfíbios, peixes, répteis e mamíferos) no Ermo das Águias. Anualmente é realizada uma monitorização específica para coelhos e perdizes de modo a perceber os efeitos do pastoreio natural na presença e abundância relativa destas espécies-chave. Além disso, em 2022, dois voluntários realizaram uma monitorização de fungos no Vale Carapito, Ermo das Águias e Paul de Toirões. A utilização de plataformas de ciência cidadã consolidou-se para a equipa, visitantes e operadores turísticos, sendo que a maioria dos registos de espécies são adicionados às plataformas iNaturalist ou eBird.

A RP também realizou uma monitorização acústica de morcegos em 2022, em colaboração com a British Trust for Ornithology (BTO) do Reino Unido, o que permitiu à RP detectar muitas espécies anteriormente desconhecidas em áreas geridas pela RP (incluindo espécies ameaçadas). Além disso, uma voluntária especializada em gravações acústicas (Melissa Pons) passou algum tempo a recolher gravações noturnas da vida selvagem no Ermo das Águias. Em 2022, a RP realizou pela primeira vez uma monitorização de espécies de fungos no Vale Carapito, Ermo das Águias e Paul de Toirões, graças a um voluntário experiente.

A RP também faz monitorização de abutre-preto na Reserva Natural da Serra da Malcata. Em novembro de 2021, a RP confirmou uma nova colónia de reprodutora desta espécie Criticamente Ameaçada na Malcata e tem vindo a monitoriá-la desde então. Em 2022, foi possível confirmar sucesso reprodutor em dois ninhos da colónia. Tentativas de captura de três abutres-pretos para os marcar com emissores GPS foram feitas em 2022, mas sem sucesso. A monitorização de abutres no Campo de Alimentação da Malcata resultou também num novo recorde nacional para o número de abutres-pretos detetados em Portugal na mesma altura (77 indivíduos). Uma colaboração foi estabelecida entre a RP e a Universidade de Helsínquia num estudo de movimento de abutres, compartilhando os dados de grifos marcados pela RP. A monitorização de aves planadoras foi também realizada na zona sul da ZPE Vale do Côa, nas falésias mais próximas da área rewilding do Ermo das Águias. Foi possível confirmar que os grifos aumentaram cerca de 70% face aos últimos dados conhecidos de 2017, e que as águias-reais e os bufos-reais mantiveram os seus territórios, ainda que tenham sido obrigados a mudar de ninho devido à competição com os grifos. Esforços adicionais são necessários em 2023 para confirmar o uso de ninhos e territórios de abutres-do-Egito.

No final do ano, a RP também realizou uma amostragem de eDNA (environmental DNA) no Paul de Toirões para determinar quais as espécies de vertebrados e invertebrados presentes nas diferentes lagoas.

Graças a uma colaboração com a Universidade de Twente, o RP dispõe agora de mapas de habitat de alta resolução feitos a partir de imagens de drones que permitirão comparar diferenças na heterogeneidade de habitats ao longo do tempo no Vale Carapito e Ermo das Águias, as duas primeiras áreas piloto com

pastoreio natural. Adicionalmente, no âmbito de um projeto de mestrado e de um estágio na Universidade de Twente, a RP obteve informação sobre o melhor protocolo (em termos de viabilidade, adequação e custo-benefício) para monitorizar a vegetação com UAV (unmanned aerial vehicles). Este protocolo foi considerado muito útil pela Rewilding Europe e será replicado noutras áreas rewilding. No âmbito deste estágio, a RP realizou também uma análise de conectividade para avaliar o grau de conectividade no corredor do Côa, usando a floresta como habitat de referência, e o papel das áreas rewilding geridas pela RP em aumentar e/ou manter essa conectividade. Os resultados também podem ser usados estrategicamente para orientar a tomada de decisões sobre propriedades a serem restauradas e protegidas no futuro.

Foi realizado um projeto de mestrado com o ISCTE de análise económica comparativa da gestão de biomassa com meios mecânicos e com cavalos semisselvagens. Além disso, três artigos que incluíram os resultados de trabalhos realizados no âmbito dos projetos da RP, e que contam com membros da equipa da RP como co-autores, foram publicados na *Mammalian Biology*, *Parasitology Research and Ecology*, e outros três foram submetidos à *Restoration Ecology*, *Jornal de Ecologia Aplicada* e um jornal de *Antropologia*.

2.3.2. Restauro de habitats

Em 2022, a RP implementou medidas de restauro de habitat para corço em Vila Nova de Paiva (Freguesia do Touro), através da assinatura de um protocolo de colaboração com a associação de caça local, para desmatamento de algumas áreas e realização de plantações (sementeiras e reflorestamento) em 16 hectares. Cinco charcos foram também criados para melhorar a retenção e disponibilidade de água na área. Adicionalmente, procedeu-se ainda à recuperação de prados em 10 hectares na ZCA da Junça, 1,53 hectares na ZCA do Vale de Madeira e 0,27 ha na Prova, para melhorar o habitat de corço.

No final do ano, foi iniciada a recuperação das zonas húmidas do Paul de Toirões com algumas movimentações de terra para ligar algumas das massas de água da propriedade, suavizar as margens íngremes e melhorar a hidrologia geral da área.

Na Ribeira do Mosteiro procedeu-se à recolha de sementes para a realização das plantações em 2023, tendo sido efetuados desmatamentos em algumas zonas para prevenção de incêndios.

2.3.3. Reforços populacionais

Em termos de reforços populacionais de corço, o pedido de licença feito pela RP e Universidade de Aveiro ao ICNF para a realização de reforços populacionais de corço na região de Vila Nova de Paiva foi indeferido. Foi explorada uma opção alternativa para que uma associação de caça fizesse directamente o pedido dos reforços, mas mesmo assim esta abordagem não foi bem sucedida devido a entraves burocráticos e dificuldades inesperadas na aquisição de corços – o único recinto de criação português em funcionamento ainda não teve uma quantidade significativa de corços disponíveis para venda nos últimos dois anos (devido à predação de corços e fugas do recinto) e o leilão do centro de criação de Valsemana revelou-se demasiado burocrático sendo que, mesmo com a ajuda da Rewilding Spain no processo, não se conseguiu is a leilão. Adicionalmente, a associação de caçadores não obteve atempadamente a licença necessária do ICNF, estando ainda em processo de obtenção da mesma.

Uma opção em estudo é a possibilidade de realizar o forço de corço no Ermo das Águias, que foi recentemente declarado uma zona de caça turística, dando à RP o controlo total sobre as actividades cinegéticas e os direitos sobre a propriedade. Embora isso seja usado principalmente para evitar que atividades de caça ocorram na propriedade, também permite que a RP solicite um reforço populacional de corço. No entanto, no momento ainda não está claro se essa abordagem irá funcionar.

2.3.4. Gestão cinegética

A RP trabalha em estreita colaboração com associações e gestores de caça para garantir melhores práticas de exploração cinegética. Uma área chave desta linha de trabalho é a região de Vila Nova de Paiva, onde em 2022, a RP e a Universidade de Aveiro desenvolveram, através do projeto LIFE WolFlux, um Plano de Gestão Global (PGG) com cinco associações de caçadores locais, cobrindo uma área total de 15,651 hectares. Este PGG foi enviado ao ICNF que solicitou algumas modificações para considerá-lo um PGG em pleno funcionamento. Essas modificações no plano serão feitas em 2023.

2.4. Compra e gestão de propriedades

Em 2022, a RP deu continuidade aos seus esforços tanto para expandir as atuais áreas sob gestão quanto para adquirir novas. No Ermo das Águias foram adquiridos mais 56,11 hectares, totalizando 624,11 hectares. Nesta área, a RP trabalhou também com topógrafos no registo dos limites da propriedade (a concluir em 2023), e adquiriu os direitos de caça de 281 hectares da propriedade (constituição de zona de caça turística), onde não se irão realizar ações de caça uma vez que se trata da área onde está a manada de cavalos Sorraia.

Uma das principais oportunidades em 2022 foi o arrendamento da Quinta da Azilheira na Guarda em abril. O contrato de arrendamento é por um período de cinco anos. Esta quinta encontra-se numa área chave do Grande Vale do Côa, que era uma das peças que faltavam na abordagem de criação de áreas rewilding ao longo do Grande Vale do Côa. A Quinta da Azilheira tem cerca de 188 ha, e possui alguns ilhéus no meio da propriedade pertencentes a outros proprietários. A RP está a avaliar a possibilidade de comprar a Quinta da Azilheira, o que garantiria a gestão da propriedade a longo-prazo.

Também em 2022 foram garantidos terrenos mais pequenos contíguos à propriedade do Vale Carapito (9,45 hectares), aumentando lentamente a área da propriedade, que conta atualmente com cerca de 61 hectares contíguos.

Foi também assinado um contrato de gestão para a área rewilding do Paul de Toirões, uma propriedade de 300 ha no local de uma antiga mina. O proprietário da propriedade irá pagar à RP uma taxa anual para manter um membro da equipa na propriedade e outros custos de gestão relacionados com a recuperação da área.

Atualmente, a RP possui cerca de 700 ha de terra no GCV e gere mais 800 ha, elevando a quantidade total de terra sob gestão direta da RP para 1,500 ha.

2.5. Pastoreio Natural

A Rewilding Portugal tem atualmente três manadas de cavalos Sorraia – uma no Vale Carapito (5 animais), outra no Ermo das Águias (11 animais) e uma terceira na Ribeira do Mosteiro (5 animais), sumando um total de 21 animais. Na primavera de 2022 nasceram dois potros (o Seixo e a Semente). A área atualmente ocupada pelas manadas é de 378 ha.

A Rewilding Portugal também pretende comprar alguns animais adicionais, principalmente para adicionar diferentes linhagens genéticas às manadas. Um membro da European Rewilding Network, a Quinta do Pisão em Cascais também tem uma manada de cavalos Sorraia, tendo sido iniciada uma parceria para futura troca de animais.

Em 2022, a RP desenvolveu e finalizou um protocolo de pastoreio natural para gerir as manadas de cavalos e criou uma nova posição na equipa para um Gestor de Manadas. Durante o verão de 2022, que foi um ano de seca histórica, os cavalos no Vale Carapito tiveram que ser suplementados com feno e tacos (algumas éguas), enquanto tanto a manada do Vale Carapito como a manada no Ermo das Águias tiveram que ser suplementadas com água.

Em julho de 2022, a Fundação Taurus deslocou-se ao GCV para dar formação à equipa da RP e inspecionar alguns dos locais propostos para a introdução de uma primeira manada de Taurus. Tanto a Quinta da Azilheira como o Ermo das Águias estão a ser considerados como locais potenciais para uma manada de Tauros a ser trazida para o GCV em 2023.

Em 2022, um especialista Espanhol em bisontes (Fernando Moran) também visitou as áreas da RP para avaliar o potencial de trazer bisontes para a região. Infelizmente, nenhuma das áreas rewilding da RP parecem ter as condições necessárias (abundância de pastagens o ano todo) para sustentar mesmo uma pequena manada de bisontes.

Um evento de capacitação sobre pastoreio natural foi organizado em novembro pela Rewilding Europe na Holanda, com visitas de campo a várias áreas de pastagem natural, e à Fundação Tauros. Três membros da equipa da RP participaram neste treino, incluindo o novo Gestor de Manadas.

2.6. Vigilância

Em 2022, a Patrulha de Campo da RP detetou sete armadilhas ilegais, tendo patrulhado mais de 20,000 Km nos distritos da Guarda e Viseu. Para além da deteção de crimes ambientais (laços, eventos de uso de veneno), a Patrulha de Campo desempenha também um papel importante nos meses de verão, ao nível da vigilância de incêndios.

A Patrulha de Campo integra o esforço nacional de vigilância de incêndios, comunicando à GNR o seu horário de patrulhamento e colaborando com os bombeiros nos incêndios florestais junto às áreas da RP. Em 2022, a RP adquiriu materiais de combate a incêndios de primeira intervenção para a equipa e desenvolveu um plano de emergência em caso de início de incêndio perto de uma área da RP. Este plano de emergência visa garantir que os cavalos Sorraia possam deixar as propriedades no caso de um incêndio rural chegar à área.

Além disso, este ano a RP iniciou um programa de voluntariado de vigilância de incêndios no Ermo das Águias, com voluntários que foram treinados pela Patrulha de Campo e que estiveram a vigiar dentro e à

volta desta área da RP. Ao todo, 16 voluntários externos participaram no programa de voluntariado, por períodos que variaram de uma a quatro semanas. À semelhança dos anos anteriores, a RP também garantiu o apoio de dois pastores locais no Ermo das Águias para realizar a vigilância de incêndios enquanto pastavam os seus animais.

Em 2022 a Patrulha de Campo prestou ainda apoio aos incêndios da Serra da Estrela, em que ardeu uma área significativa do parque natural.

3. Natureza para as Pessoas

Créditos de carbono, desenvolvimento de negócios, Centro Rewilding, turismo no GCV, Rede Cão Selvagem

3.1. Créditos de carbono

Em 2022, a RP começou a mapear áreas com potencial para a certificação de créditos de carbono no GCV, graças ao seu envolvimento num projeto da Rewilding Europe apoiado pela Grantham Foundation. O objetivo deste mapeamento é identificar as propriedades e os seus proprietários que podem ser abordados sobre a adesão a um esquema de certificação de carbono no GCV. Este trabalho ainda se encontra numa fase inicial e espera-se que seja aprofundado nos próximos anos.

3.2. Desenvolvimento de negócios

Em 2022 a RP reforçou a sua colaboração com o projeto LIFE Maronesa, que visa implementar estratégias de adaptação às alterações climáticas através de um modelo sustentável de produção pecuária extensiva. Através do projeto LIFE WolFlux, a Rewilding Portugal está a ajudar no co-desenvolvimento de uma nova marca de carne bovina chamada Clima +. Esta marca (que é um selo) estará disponível para produtores que implementem boas práticas de coexistência com a vida selvagem, em particular com o lobo ibérico. Em 2022, foram criados os critérios de adesão à marca e decorreu um evento de sensibilização junto dos criadores de gado bovino da raça Arouquesa, no distrito de Viseu. Está previsto que a marca será lançada em 2023.

Uma nova parceria também foi iniciada em 2022 com a produtora de calçado alemã Wildling Shoes. A empresa, através da RP, começou a comprar lã a pastores que fazem parte do projeto LIFE WolFlux e têm boas medidas de coexistência com o lobo ibérico. Em 2022 realizou-se a primeira época piloto, com a participação de sete pastores e 2,323 Kg de lã recolhidos. Essa lã irá permitir a criação de aproximadamente 2,100 pares de sapatos numa edição especial do LIFE WolFlux. A parceria irá continuar em 2023, com mais produtores envolvidos.

Esta parceria proporciona um benefício económico direto a estes pastores, uma vez que atualmente a lã não é um produto muito valorizado. Muitos pastores enterram ou queimam a lã. Outros, que conseguem vendê-lo, dizem-nos que o preço habitual ronda os 20 cêntimos por Kg. Através da parceria com a Wildling Shoes, os agricultores recebem 1,20 EUR por Kg. Além disso, os agricultores que tosquiaram os animais também recebem 1,60 EUR por animal tosquiado. Mesmo que a tosquia seja feita por um tosquiador

externo, os custos são cobertos pela Wildling Shoes. Antes desta parceria, a lã era um custo para os pastores, pois o custo da tosquia é superior ao preço de mercado da lã.

Finalmente, na Ribeira do Mosteiro continuaram os esforços para aumentar a receita dos recursos agrícolas da propriedade, com a vindima a decorrer em setembro. As vinhas biológicas estão a ser utilizadas para a produção de vinho do Porto, cujo primeiro lote deverá ficar pronto em 2023.

3.3. Centro Rewilding

O Centro Rewilding foi arrendado em setembro de 2021 à família proprietária (Fernando Mayor Espinha), e tem como objetivos promover uma relação de proximidade com a comunidade local, estimular o turismo e a visitação à área rewilding do Ermo das Águas e beneficiar em geral a aldeia de Vale de Madeira com as atividades de rewilding que ocorrem lá perto. Em 2022, o Centro foi utilizado para vários eventos, incluindo treinos de turismo para formar guias de natureza, um programa de voluntariado de vigilância de incêndios e a realização de algumas aulas de ativação física para a comunidade local. No final de 2022 foi concluído o processo de licenciamento do Centro Rewilding como alojamento local, tendo sido iniciado um plano de negócios. O objetivo é abrir o Centro Rewilding ao público no início de 2023, tornando-o num mecanismo de financiamento sustentável da RP a longo prazo.

3.4. Turismo no GVC

Em 2022, a RP continuou a trabalhar na promoção do turismo de natureza e conservação no GCV através de diferentes abordagens e linhas de trabalho.

Uma dessas linhas de trabalho, no âmbito do projeto LIFE WolFlux, é a capacitação de guias de natureza para poderem oferecer serviços de qualidade na região. Em 2022 decorreu, em abril, uma formação avançada para guias de vida selvagem centrada no turismo de lobo ibérico, em Portugal e Espanha (que contou com a participação do operador turístico especializado Llobu (Javier Talegón).

Adicionalmente, decorreu no Centro Rewilding, em outubro, um dos eventos do Rewilding Tourism Training (RTT) da Rewilding Europe, com a participação da equipa da RP. Este programa de formação está focado na qualificação do setor de turismo de natureza da Europa. Tem como objetivo profissionalizar e expandir o turismo de natureza na Europa.

Além disso, durante o ano, a RP trabalhou com a Rewilding Europe Travel (RET) (anteriormente European Safari Company) para desenvolver pacotes de visitação ao GCV. A RET está também a trabalhar com um DMC (Portugal Nature Trails) local que tem visitado as áreas da RP para conhecer melhor o trabalho que está a ser feito no terreno. Até ao momento não se realizaram visitas RET no GCV, estando as primeiras previstas para março de 2023.

Outra linha de trabalho tem sido a parceria com as ANNA Cabins, casas dinâmicas em forma de plataforma aberta para viver com os elementos, jogando com a configuração das camadas da casa. É uma habitação de estilo eco-lodge de luxo que pode ser usada para estadias curtas em locais remotos da natureza. As ANNA Cabins trabalharam com a RP em 2022, para identificar alguns lugares dentro ou perto das áreas da RP onde algumas dessas estruturas podem ser colocadas. As ANNA Cabins contrataram o Studio-3A (empresa de arquitetura) para obter as licenças e autorizações necessárias para avançar com a instalação

das casas. As ANNA Cabins, em parceria com um DMC local, irão operar a logística das casas, com uma percentagem dos lucros revertendo para a RP. Dependendo da duração do processo de licenciamento, as primeiras casas poderão ser construídas já em 2023.

Para além dos eco-lodges acima referidos, a RP está também a trabalhar com a SKUA Wild, o maior operador de abrigos de observação de vida selvagem da Europa, para desenvolver vários abrigos de observação no Paul de Toirões para observação de vida selvagem. Espera-se que estes abrigos sejam construídos em 2023.

3.5. Rede Cõa Selvagem

A Rede Cõa Selvagem continuou a crescer em 2022, com a adesão de 14 novos membros ao longo do ano, elevando a rede para um total de 38 membros – desde operadores turísticos a alojamentos locais e produtores locais. Mensalmente decorrem encontros online entre os membros da rede para discutir sinergias e potenciais parcerias, bem como para apresentar novos membros e discutir as iniciativas da RP na região.

Este ano realizou-se a primeira reunião presencial da Rede Cõa Selvagem, com visitas dos membros a Vilar Maior, Vale Carapito, Vale de Madeira, Ermos das Águias, Cró Hotel, Casas do Juizo e Solar de São João. O objetivo da viagem de dois dias foi que os diferentes membros se conhecessem pessoalmente e criassem a possibilidade de discussões mais aprofundadas sobre a rede e futuras iniciativas conjuntas. Os integrantes da rede também receberam placas e/ou autocolantes para afixar, mostrando que fazem parte desta rede.

Em 2022 fez-se um esforço de inclusão de mais produtores locais na rede, tendo-se vindo a acrescentar recentemente AMBOMBagas (compotas, licores), Mel do Abel (mel) e Quinta das Vinte Quelhas (mel). No final do ano, a RP passou a comercializar alguns dos produtos da RCS no seu próprio website, incluindo uma cesta de natal com todos os produtos disponíveis.

Finalmente, em abril foi iniciada uma websérie sobre a Rede Cõa Selvagem, que inclui cinco episódios que estão disponíveis na página de YouTube da RP. Esses episódios mostram os membros da rede e ajudam a divulgar a oferta na região.

4. Promover Envolvimento

CÔA – Corredor das Artes, envolver as comunidades, eventos, meios de comunicação, comunicações da RP

4.1. CÔA – Corredor das Artes

Os preparativos para o festival Cõa – Corredor das Artes estão bem encaminhados. O website foi lançado em agosto de 2022, e a Call for Artists foi um sucesso, com mais de 318 propostas de residências artísticas recebidas de todo o mundo. Dessas propostas, 18 propostas foram pré-selecionadas e convidadas a apresentar uma proposta mais detalhada na segunda etapa do processo de seleção. A partir dessas

propostas, seis artistas foram selecionados para realizar as residências artísticas da primeira edição do festival. A programação dos fins-de-semana do festival também está a ser preparada e os primeiros contratos com artistas estão a ser assinados. O festival arranca na primeira semana de julho de 2023 no Sabugal, e decorre em fins-de-semana consecutivos também em Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa. As primeiras visitas dos artistas à região aconteceram no final do ano.

4.2. Envolver as comunidades

A RP trabalha em proximidade com as comunidades locais, em particular as mais próximas das áreas geridas pela RP. Em 2022, a RP envolveu-se diretamente com iniciativas locais, promoveu eventos próprios e também apoiou alguns eventos externos.

Em Vilar Maior, a Wild Côa Symphony (residência artística apoiada pelo Endangered Landscapes Programme) organizou um evento com a comunidade local, que incluiu uma caminhada até ao Vale Carapito e o registo de alguns cantares locais. Para além disso, a RP organizou vários eventos de visita ao Vale Carapito e também organizou um magusto tradicional com a comunidade de Vilar Maior em Novembro.

Este ano, pela primeira vez, a RP esteve directamente envolvida nas festas anuais das aldeias de Vilar Maior (perto do Vale Carapito) e Vale de Madeira (perto do Ermo das Águias). Em Vilar Maior, o Vila Wild Festival foi realizado em colaboração com a Associação Muralhas de Vilar Maior – um evento totalmente ligado à conservação da natureza e rewilding. O objetivo é realizar pelo menos uma sessão informativa anual com estas comunidades locais para apresentar o trabalho da RP e os resultados do ano.

Em Vale da Madeira, a RP organizou em abril um evento de libertação de alguns cavalos Sorraia (que vieram do Vale Carapito) no Ermo das Águias. Este evento, que reuniu cerca de 60 pessoas, foi uma boa oportunidade para mostrar o trabalho que a RP desenvolve na região.

A RP também trabalha proativamente para estabelecer boas relações com os municípios do GCV, tendo em 2022 assinado protocolos de colaboração com os municípios do Sabugal e de Pinhel.

Na Guarda, a RP apresentou o seu trabalho a duas turmas de uma escola, participou num evento organizado pelo Partido Socialista com enfoque na sustentabilidade urbana e esteve presente numa reunião do Conselho de Caça e Conservação da Fauna Municipal da Guarda em setembro. Durante algumas semanas durante o verão, a RP também teve destaque na rádio local (Rádio Altitude) com um pequeno segmento sobre a natureza “Notas Silvestres”.

A RP participou em reuniões e eventos relevantes para a sua atuação na região, nomeadamente a participação na Feira da Diversidade de Vilar Formoso, em parceria com a AdiRaia e a Campintegra, e apresentações em Trancoso e Vila Franca das Naves sobre os efeitos dos incêndios florestais na biodiversidade e a estratégia de RP para paisagens mais resilientes.

4.3. Eventos

Todos os anos, a RP participa num conjunto de eventos externos, de acordo com a sua relevância para o trabalho da RP e o seu potencial de sensibilização para o trabalho da RP.

Em 2022, a RP esteve presente em vários destes eventos, incluindo a participação no evento final do projeto LIFE Relict com uma apresentação sobre o trabalho da RP; participação online na conferência IberConejo e do projeto LIFE Aquila; apoio à Semana de Jornalismo Ambiental da LPN; presença na European Rivers Summit 2022 em Bruxelas; apresentação online num evento da Associação Vicentina sobre rewilding como estratégia de desenvolvimento territorial; participação num evento online organizado pela Replanet com apresentação da RP; apresentação sobre a RP a estudantes de Arquitectura Paisagística da Universidade do Porto; presença na apresentação pública do projeto LIFE Aegyptius Return; participação no evento NaturCôa, com atividade de educação ambiental organizada pela RP; participação no lançamento público do plano de co-gestão da RNSM; participação com apresentação da RP no festival de cogumelos Míscaros em Alcaide (Fundão); participação num debate sobre recuperação de ecossistemas promovido pelo Museu de Ciências e História Natural da Universidade do Porto; participação no evento do projeto LIFE ENPLC organizado pela Montis "Conservação da Natureza em terrenos privados" com apresentação da RP.

A RP participou também em algumas das reuniões do ICNF no âmbito da "Missão Natureza 22", onde se discutiu o futuro das áreas protegidas em Portugal com as principais partes interessadas, nomeadamente as reuniões dos Objetivos 1 e 2.

A RP também organiza eventos próprios e, em 2022, organizou um evento no Dia Mundial do Rewilding a 20 de março; uma atividade de birdwatching (Euro bird watch) no Vale da Madeira e Ermo das Águias no âmbito do projeto LIFE ENPLC, com cerca de 20 participantes e observação de 40 espécies de aves; um bioblitz na Ribeira do Mosteiro - uma ação do projeto LIFE ENPLC e um evento de voluntariado com a Symington Family Estates; uma saída de campo com cerca de 20 alunos do curso de Biologia da Universidade de Aveiro no Ermo das Águias, com os temas rewilding, papel dos mamíferos nos ecossistemas e técnicas de monitorização; e uma reunião dos Técnicos de Comunicação de todas as áreas rewilding na Europa (co-organizada com a Rewilding Europe). Decorreram as cerimónias de entrega de prémios da primeira e segunda edições do Concurso Fotográfico Rewilding (Rewilding Photo Contest), co-organizados com o município do Sabugal, e com visitas ao Vale Carapito.

Adicionalmente, durante o ano decorreram um total de oito exposições do documentário "Rewilding, um novo caminho para a natureza em Portugal", incluindo no festival "Curtas e Caipirinhas" em Setúbal, e na Casa da Cultura em Coimbra. O documentário também foi nomeado para o Tulum World Environment Film Festival, no México.

Outros eventos relevantes durante 2022 incluíram uma de trocas de conhecimento do ELP ao projeto marinho turco (Gokova Bay) com enfoque em Nature-Positive Enterprises e desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo de projetos, nas quais a RP participou, e um workshop organizado pelo projeto Lifescape sobre questões legais que afetam áreas rewilding com participação da Palombar e Milvoz. Além disso, a RP também participou na reunião dos Técnicos de Rewilding nos Ródopes, na Bulgária.

4.4. Meios de comunicação

Em 2022, a RP teve grande visibilidade em meios de comunicação locais, nacionais e internacionais. Foi assinado um protocolo de colaboração com a publicação Mais Beiras, elevando para onze o número total de acordos com meios de comunicação locais e nacionais (Rádio Altitude, O Interior, Jornal Fórum Covilhã, Rádio Cova da Beira, Comunidade Cultura e Arte, Centro Notícias de Nelas, Jornal A Verdade, Viva Serra, Cinco Quinas, Capeia Arraiana e Mais Beiras).

Além disso, a nível nacional o trabalho da RP tem sido destacado em vários meios de comunicação (e.g., Valor Económico, Público, TVI, SIC/Opto, Expresso) graças a duas press trips organizadas em maio com o apoio da The European Nature Trust (TENT). Ao longo do ano, o Líder de Equipa da RP concedeu também entrevistas a diversos meios de comunicação (rádio M80, site cultural do Gerador, programa RTP biosfera, entrevista à newsletter iNature).

A TENT também está a apoiar a RP ao assegurar os serviços de um técnico de Relações Públicas que tem excelentes contactos com a comunicação social em Portugal e que foi fundamental na organização das press trips e na criação de contactos entre o Líder de Equipa da RP e muitos meios de comunicação nacionais. Isso resultou na publicação de artigos de opinião sobre os incêndios na Serra da Estrela e a COP 15 da CBD no Público.

Durante o verão, o Ermo das Águias recebeu a visita de Ljubomir Stanisic e de uma equipa de produção da SIC para filmar um episódio do programa "Pela Estrada". O episódio mostrou a manada de cavalos Sorraia e o Líder de Equipa da RP a explicar o trabalho da organização. Duas influencers (Ana Varela e Sara Prata, atrizes da SIC) também visitaram o GCV para promover a zona e a Rede Côa Selvagem.

A nível internacional, a RP foi visitada pela TV holandesa e por um canal de televisão sueco (SVT) para gravar episódios sobre o trabalho da RP no GCV. Além disso, o trabalho da RP foi apresentado por escrito no Call to Earth da CNN e Resurgence & Ecologist.

4.5. Comunicações RP

Ao longo do ano a RP publica frequentemente nas suas redes sociais, mantém o website atualizado e desenvolve outros materiais de comunicação para ajudar a dar a conhecer o trabalho da RP. A RP mantém KPI's detalhados do seu desempenho nas diferentes redes sociais, bem como a sua posição relativa a outras ONGs em Portugal e no estrangeiro (em termos de seguidores). Durante o ano, as redes sociais da RP apresentaram taxas de crescimento dos 50% aos 400%, estando a RP na liderança de quase todas as outras ONGs ambientais portuguesas.

Em 2022, a RP lançou o seu relatório público anual de 2021 (Wild 2021), que destacou o trabalho realizado no ano anterior. A revista está disponível para download no website da RP, e também é possível adquirir cópias físicas através da loja online da RP. Durante o ano, a RP publicou 29 notícias em seu website, e enviou comunicados de imprensa das notícias mais importantes para os seus parceiros de comunicação. Durante o ano, a RP desenvolveu também a sua Estratégia de Comunicação 2022-2030 em parceria com a Rewilding Europe.

Em 2022, foi também lançada a loja online do website da RP, que conta atualmente com 13 artigos disponíveis para compra, desde os Relatórios Anuais da RP às garrafas de vinho Altano Rewilding, passando pelos produtos dos membros da Rede Côa Selvagem (RCS).

Em termos de materiais de comunicação, um mapa do GCV que mostra as áreas rewilding da RP e membros da RCS foi produzido em português, e uma versão em inglês será produzida em 2023. Além disso, as ilustrações das áreas rewilding foram preparadas por Xavi Reñé. Por fim, foi criado um álbum de autocolantes das áreas rewilding da RP para dar a conhecer estes novos espaços dedicados à natureza.

Em termos de produção audiovisual, o João Cosme foi selecionado para produzir um segundo documentário de natureza e as gravações já começaram. Um pequeno trailer promocional do documentário já foi publicado.

5. Liderança e Iniciativa

Esforços nacionais e transfronteiriços liderados pela RP

Apesar de a RP ser ainda uma pequena ONG com poucos anos de atuação, 2022 foi um ano importante para elevar o perfil da organização a nível nacional. A RP, em colaboração com a LPN e o Grupo Lobo, liderou um processo em que 14 organizações da sociedade civil enviaram um pedido ao ICNF e posteriormente à Secretaria de Estado sobre a prorrogação do Decreto-Lei 54/2016 sobre as compensações pagas por ataques de lobo ibérico a gado doméstico.

Adicionalmente, decorreu em junho uma mesa redonda sobre a monitorização de lobo ibérico a sul do rio Douro, reunindo autoridades nacionais e espanholas (ICNF, Junta de Extremadura, Junta de Castilla y Leon), bem como outras 10 entidades relevantes. A importância da cooperação entre Espanha e Portugal na conservação do lobo ibérico foi reconhecida por todos os participantes.

Um webinar foi co-organizado com o Grupo Lobo, WWF-ANP e Terra Maronesa, sobre esquemas de compensação de danos ao gado e a sua contribuição para a conservação de carnívoros – com Valeria Salvatori (Sapienza Università di Roma, Itália) e Julio Majadas Andray (Fundação Entretantos, Espanha) em junho de 2022.

Por último, decorreu em setembro, em Cascais (Quinta do Pisão), o Simpósio Rewilding, o primeiro do género em Portugal, organizado em parceria com a Cascais Ambiente, membro da European Rewilding Network. Este evento focou-se na abordagem rewilding para a conservação da natureza e reuniu as partes interessadas para discutir diferentes tópicos relevantes a nível nacional. O evento contou com a participação de 60 pessoas no local e foi transmitido ao vivo e disponibilizado no YouTube (gravação completa dos dois dias). Esses vídeos foram visualizados por 944 pessoas (Dia 1) e 468 pessoas (Dia 2) até ao final de dezembro de 2022.

No final do ano, a RP também participou numa iniciativa europeia para escrever aos ministros do ambiente antes do seu Conselho de Ambiente a 20 de dezembro, pedindo ao ministro que apoie a nova Lei da Restauração da Natureza da UE – 12 ONGs ambientais aderiram à iniciativa e participaram na divulgação do artigo correspondente.

6. Financiadores e angariação de fundos

Candidaturas, projetos atuais e novos, parcerias, outras atividades de angariação de fundos

6.1. Candidaturas

Em 2022, a RP apresentou nove candidaturas a financiamento, das quais três foram aprovadas, quatro não foram aprovadas e duas ainda se encontram pendentes. As candidaturas aprovadas foram 1) ao Open Rivers Programme, para obtenção das licenças para a remoção de três barreiras no Rio Côa; 2) à Mossy Earth para a realização de obras de recuperação das zonas húmidas do Paul de Toirões; e 3) ao Ecological Restoration Fund para expandir a criação de zonas húmidas no Paul de Toirões. No seu conjunto, estas candidaturas representam um valor total de cerca de 140,000 EUR, dos quais cerca de 83,000 EUR são para RP (o projeto Open Rivers Programme é uma parceria com a Universidade de Trás os Montes (UTAD), que receberá a maior parte do financiamento dessa proposta).

As quatro candidaturas que não foram aprovadas foram para 1) a Fundação Natixis, para a realização de aulas de activação física e exames médicos no Centro Rewilding; 2) o Open Rivers Programme, uma segunda proposta de remoção de barragem no rio Côa; e 3) à Fundação Belmiro de Azevedo - uma como parceira da TAGIS e outra da CIBIO. No total, estas candidaturas representavam um valor aproximado de 200,000 EUR para a RP.

As duas propostas pendentes representam o maior valor monetário para a RP. A primeira é uma nova proposta LIFE de 5 anos (LIFE Lupi Lynx) focada na criação de condições para a expansão do lobo ibérico e do lince ibérico numa zona transfronteiriça entre Portugal e Espanha a sul do rio Douro. Este projeto LIFE, que seria coordenado pela RP, seria realizado em parceria com o Grupo Lobo, Plataforma Ciência Aberta – Município de Figueira de Castelo Rodrigo, Junta de Extremadura, BIOPOLIS – CIBIO, Universidade de Aveiro e AMUS. O valor total da proposta é de 3,519,822 euros, dos quais cerca de 1,6 milhões de euros seriam para a RP, sendo o restante distribuído pelos restantes parceiros. Prevê-se que o resultado desta candidatura seja conhecido em abril/maio de 2023.

A segunda candidatura pendente foi feita à Fundação Rollex e é de 300,000 euros para apoiar os esforços de vigilância de incêndios no GCV através do uso pioneiro de imagens térmicas usando UAVs e reforço da equipa de vigilância da RP. Espera-se que os resultados desta candidatura sejam conhecidos até junho de 2023.

6.2. Projetos atuais e novos

A RP está atualmente a implementar quatro projetos, dois dos quais iniciados em 2019 e dois em 2022. O projeto LIFE WolFlux e o ELP – Promover a Renaturalização do Grande Vale do Côa iniciaram-se em 2019, sendo 2022 o quarto ano de implementação desses projetos de 5 anos. Devido à pandemia e outros atrasos, será solicitada uma prorrogação sem custos a ambos os projetos, pelo que só terminarão em 2024, em vez de 2023 como inicialmente previsto. Estes dois projetos estão a ser implementados em parceria com a Universidade de Aveiro, Zoo Logical, ATNatureza e Rewilding Europe. A RP é a Beneficiária Coordenadora do projeto LIFE WolFlux, enquanto a Rewilding Europe é a coordenadora do projeto ELP.

Em 2022, a RP recebeu a 4ª visita de monitorização do projeto LIFE WolFlux, onde tanto o monitor do projeto (João Salgado) como a project advisor (Anita Fassio) visitaram a área do projeto. Adicionalmente, a RP apresentou em outubro de 2022 o 2º Relatório de Progresso do projeto.

Em 2022, a RP submeteu à Rewilding Europe a informação necessária para a conclusão do Relatório Semestral em abril e do Relatório Anual em outubro do projeto ELP. A RP recebeu também a Equipa de Gestão do ELP, que visitou a área do projeto em abril. Por fim, a RP participou na Reunião Anual dos projetos ELP online em dezembro.

Os dois novos projetos são o projeto Open Rivers Program para obter licenças para remover três barreiras no rio Côa, e o projeto Rewilding Paul de Toirões, apoiado pela Mossy Earth e pelo Ecological Restoration Fund (ver acima). Ambos os projetos começaram no final do ano e a maior parte de sua execução ocorrerá em 2023.

6.3. Parcerias

A RP tem atualmente várias parcerias, desde parceiros de projetos a particulares e empresas, bem como parcerias com entidades públicas.

A parceria já existente com a Symington Family Estates foi mantida e renovada por um período de cinco anos em 2022, sendo este o primeiro ano em que a RP recebeu fundos provenientes das vendas do vinho Altano Rewilding. Em 2023, espera-se que esta parceria cresça, com o lançamento de uma versão branca do vinho Altano Rewilding.

Em 2022, a RP assinou um novo contrato com o proprietário da Ribeira do Mosteiro, assegurando o financiamento da gestão desta área para os próximos cinco anos (2022-2027). Adicionalmente, a RP também assinou um contrato com o proprietário da Quinta de Santa Margarida (Paul de Toirões) para a gestão da mesma nos próximos três anos.

Foi iniciada uma colaboração com a sociedade de advogados Gama Glória, que têm vindo a disponibilizar horas pro bono à RP para consultas em assuntos jurídicos.

Uma nova colaboração foi iniciada com a iniciativa loboiberico.pt, que tem um website sobre o lobo ibérico e vende peças artesanais únicas, cujas receitas revertem depois para organizações que trabalham na conservação da espécie. Prevê-se que em 2023 alguns destes fundos revertam para a RP.

Adicionalmente, iniciou-se uma colaboração com a marca de roupa sustentável Indagatio, que tem apoiado a RP através de alguns donativos em espécie (fotos e desenhos, bem como algumas peças de vestuário para a equipa da RP), e que tem interesse em aprofundar esta colaboração em 2023.

Também foi iniciada uma colaboração com a Accenture para desenvolver software de inteligência artificial para triagem automática de fotografias de foto armadilhagem. O projeto de desenvolvimento deste software está em curso e será concluído em 2023.

6.4. Outras atividades de angariação de fundos

Para além dos financiamentos obtidos através dos projetos em curso e acordos de parceria com particulares e empresas, a RP desenvolve também outras atividades de angariação de fundos. Em 2022, foi lançada a loja online da RP, e começaram a ser vendidos os primeiros produtos RP. No total, 157 itens individuais foram vendidos, representando um lucro de 630 euros de financiamento para a RP.

Além disso, a conta Patreon da RP também continuou a crescer em 2022, com 62 patronos contribuindo com um valor mensal de 417 EUR para a RP. Em 2022, a conta Patreon contribuiu com aproximadamente 3,340 EUR de financiamento para a RP.

A RP participou também num evento de angariação de fundos em Lisboa, organizado pelo BCSD Portugal em novembro, onde foram feitos vários contactos importantes com algumas grandes empresas como os CTT, REN e Schneider Electric.

7. Institucional

Questões legais, administrativas e financeiras da RP

Em 2022, a RP foi auditada por CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA, que certificou as contas de 2021. A Assembleia Geral da RP decorreu em março de 2021. Durante o ano, dois anteriores membros da direção da RP deixaram os seus cargos (Paula Sarmento da EDIA e Cristina Branquinho da Universidade de Lisboa) e dois novos membros foram selecionados e confirmados em dezembro numa reunião da direção, nomeadamente João Wengorovius Meneses do BCSD Portugal e Miguel Bastos Araújo da Universidade de Évora.

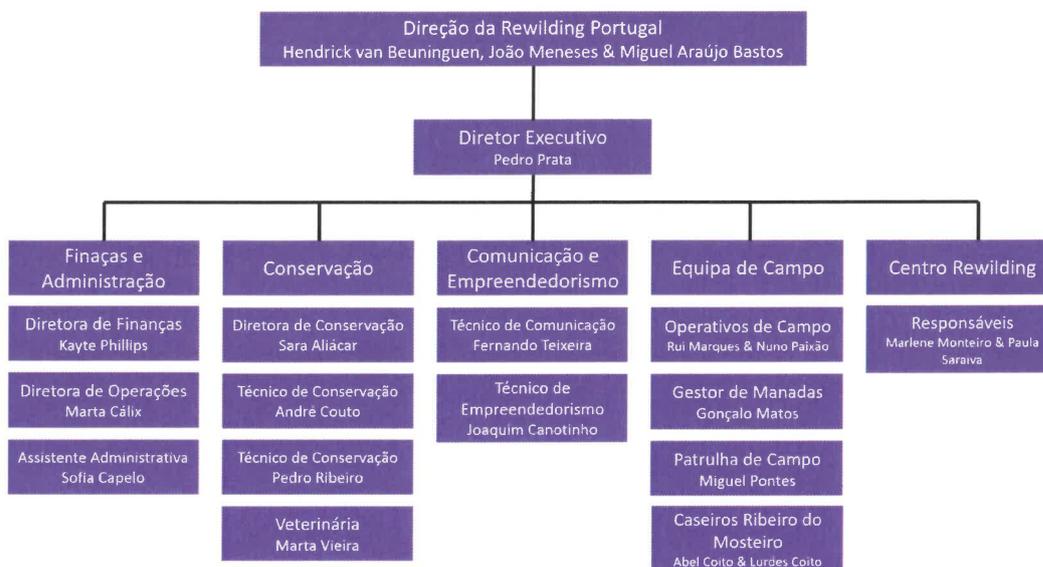
Durante o ano de 2022, quatro novos elementos juntaram-se à equipa da RP, nomeadamente os Caseiros da Ribeira do Mosteiro, a Estagiária do Centro Rewilding (estágio remunerado) e um novo Técnico de Empreendedorismo, substituindo o anterior técnico que assumiu o cargo de Conservation Finance Expert na Rewilding Europe. Isso aumentou a equipa para 18 membros. Em dezembro de 2022 foi lançado um concurso para um novo Técnico Financeiro para reforço da capacidade administrativa e financeira da RP.

Durante 2022, a estrutura da equipa foi alterada, eliminando chefias intermédias e adotando uma estrutura de equipa mais horizontal (self-managing team). Foi realizado um inquérito sobre este novo método três meses após a sua adoção, com mais de 80% dos entrevistados (N = 11 membros da equipa) indicando que preferem esse método de trabalho ao anterior. Este método visa capacitar os membros da equipa para assumir mais responsabilidade e promover mais comunicação e colaboração entre as diferentes áreas de trabalho da organização.

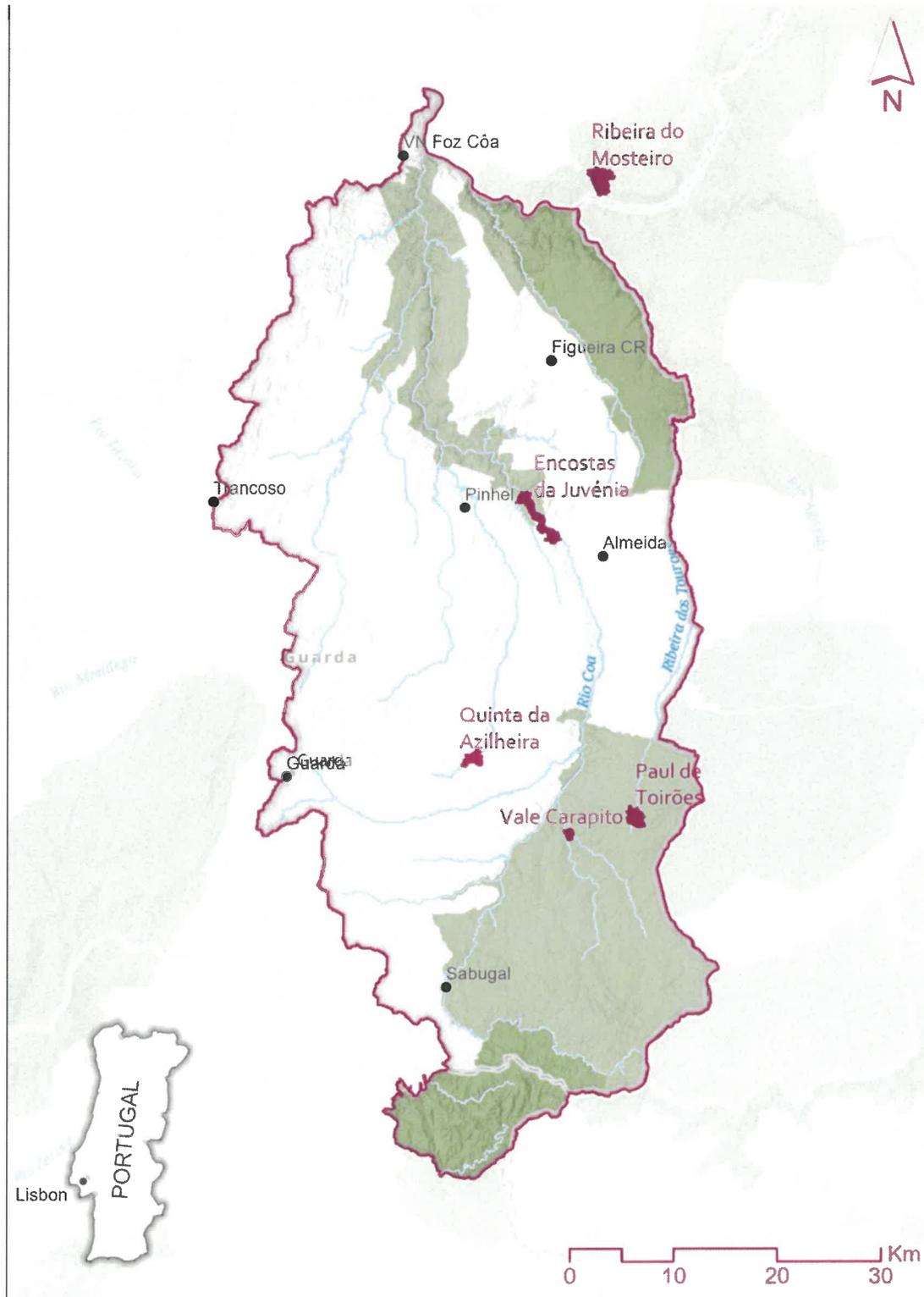
Em 2022, a RP trabalhou também no estabelecimento de novas políticas internas, nomeadamente um Protocolo Interno para Resolução de Situações de Conflito no Local de Trabalho, Princípios de Green Procurement e um Protocolo de Eventos da RP.

8. Anexos

8.1. Organigrama



8.2. Mapa de propriedades geridas pela RP



8.3. Seleção de fotos



Equipa da RP no dia de equipa a 14 de dezembro de 2022 no Centro Rewilding.



André Couto (Técnico de Conservação) a monitorizar vida selvagem no Ermo das Águias. Crédito: Agatha Rucin.



Os incêndios rurais são uma preocupação constante durante o Verão no Grande Vale do Côa. Aqui, a equipa de vigilância ajuda os bombeiros durante um incêndio.



Marta Vieira (Veterinária) a entregar um cão de proteção de gado a uma criadora de gado local. Crédito: Agatha Rucin.



Festa de São Sebastião em Vale de Madeira, com a participação e apoio da RP. Esta é a aldeia em que se encontra o Centro Rewilding. Crédito: Agatha Rucin.



Simpósio Rewilding na Quinta do Pisão, Cascais em setembro de 2022. Crédito: Fernando Teixeira



Rewilding Training Tourism no Grande Vale do Côa. Crédito: Fernando Teixeira.



Pôr do sol no Vale Carapito. Opa (atrás) e Seixo (à frente). Crédito: Gonçalo Matos / Miguel Pontes.



Magusto organizado pela RP em Vilar Maior durante a visita dos Técnicos de Comunicação de todas as áreas rewilding ao Grande Vale do Côa. Crédito: Fernando Teixeira.



Visita dos Técnicos de Comunicação das áreas rewilding ao GVC em novembro de 2022.

REWILDING PORTUGAL

Plano de Atividades 2023

1. Objetivos da Equipa para 2023.....	3
2. Rewilding, Conservação e Coexistência	4
3. Natureza para as Pessoas	8
4. Promover Envolvimento	11
5. Liderança e iniciativa	13
6. Financiamento e angariação de fundos	13
7. Institucional	15



1. Objetivos da Equipa para 2023

Durante o Dia de Equipa, os membros de equipa da Rewilding Portugal realizaram um exercício de pensar nas prioridades da organização para 2023. As prioridades identificadas pela equipa foram as seguintes:

Objetivos para a organização e para a equipa

- Estratégia 2030 clara e apoiada pela equipa, direção e parceiros chave.
- Melhorar a forma como a equipa funciona e resolve conflitos, trabalhando em conjunto pelos mesmos objetivos.
- RP declarada como entidade de utilidade pública.
- Aumentar a equipa para aumentar o alcance do trabalho da RP.

Objetivos de restauro ecológico

- Corredor ecológico do Côa mais consolidado com uma nova área adquirida.
- Todas as áreas da RP a funcionarem de forma semelhante e a proteger a fauna e a flora de forma eficaz.
- Áreas da RP declaradas como Áreas Protegidas Privadas.
- Diversificar as espécies de pastoreio natural e aumentar o efetivo de cavalos Sorraia.
- A RP tornar-se o maior criador de cavalos Sorraia do mundo.

Objetivos de comunicação, enterprise e trabalho com comunidades

- Apostar na visitação e trabalho conjunto com a Rede Côa Selvagem.
- Centro Rewilding licenciado e operacional como alojamento local.
- Abrigos fotográficos instalados no Paul de Toirões.
- O festival CÔA – Corredor das Artes é um sucesso.
- Criar melhores ligações com as comunidades do GCV, reforçando o trabalho de proximidade da RP.
- Presença nacional e influência sobre decisores, fazendo-nos ouvir mais e melhor.

2. Rewilding, Conservação e Coexistência

Regresso da Vida Selvagem, ecossistemas funcionais, corredores de coexistência, monitorização de impacto rewilding.

2.1 Regresso da Vida Selvagem

2.1.1 Pastoreio natural (Natural grazing)

Em 2023, a RP irá consolidar o protocolo de pastoreio natural para a gestão de manadas de cavalos e adaptá-lo às novas espécies com as quais iremos trabalhar, diversificar as espécies utilizadas para o pastoreio natural e trazer novos herbívoros de volta para o Côa.

- Aumentar a complexidade da estrutura social das manadas Sorraia, a sua adaptabilidade à natureza e viabilidade genética da raça através de um acompanhamento atento do comportamento e relações dentro das manadas e basear as decisões de gestão nos dados recolhidos. Isto inclui trazer um grupo de machos jovens para o Ermo das Águias, criar uma base de dados e monitorizar a condição corporal e a saúde e continuar a encontrar estratégias para eliminar a alimentação suplementar, a desparasitação e o manuseamento/transporte, tanto quanto possível, sem comprometer o bem-estar dos animais. Considerando novas aquisições e crescimento, espera-se ter um mínimo de 34 cavalos Sorraia no final do ano. Contudo, a equipa continuará a procurar oportunidades para adquirir mais animais e criar mais manadas no sul do Ermo das Águias ou em novas áreas que possam ser adquiridas ou geridas.
- Trazer um grupo fundacional de pelo menos 12 bovinos Taurus.
- Expandir a área de pastagem natural para as novas áreas compradas no Vale Carapito (10 ha) e no Sul do Ermo das Águias (294 ha).
- Realizar um projecto-piloto de vedações virtuais com Taurus e divulgar esta tecnologia regionalmente para influenciar uma redução do número de vedações na paisagem.
- Preparar a logística necessária para a realização de reforços de coelho no Ermo das Águias e Paul de Toirões em 2023 ou 2024 (dependendo do financiamento).

2.1.2 Outras espécies chave

O Vale do Côa continua a crescer em importância como corredor de vida selvagem e novas espécies, como o veado e o castor estão a expandir-se, pelo que é fundamental desenvolver actividades para encorajar este regresso.

- Estabelecer uma colaboração para a troca de informações com a equipa espanhola de monitorização de castores em Salamanca.
- Preparativos para a criação de comunidades inteligentes de castores: selecção de áreas-chave, nota conceptual para financiamento, contacto com as partes interessadas relevantes e evento sobre o regresso dos castores.
- Acompanhar a expansão do castor e do veado (ver secção de monitorização) e implementar medidas de conservação que possam ser necessárias para encorajar a espécie a estabelecer-se e reproduzir-se.
- Criação de estratégia para reintroduções com base nas recomendações do projecto LIFEscape.

- Identificar áreas adequadas para a nidificação de cegonhas pretas no Paul de Toirões e avaliar a possibilidade de construir plataformas de nidificação e restringir a perturbação. Obter dados de distribuição e de nidificação de cegonha preta no Vale do Côa.

2.2 Ecosistemas Funcionais

2.2.1 Conectividade e compra de terra para conservação

Actualmente, a RP gere 1.438 hectares, uns em regime de propriedade e outros através de acordos de gestão. Em 2023, a RP pretende expandir a estratégia de reforçar a conectividade do Vale do Côa com novos steppingstones, aumentando a área de zonas de não caça e avançando na estratégia de garantir terras para a conservação a longo prazo.

- Adquirir uma nova área chave de pelo menos 300 hectares.
- Um novo acordo de gestão com um proprietário - gestão e co-propriedade a longo prazo.
- Apresentar pedidos de Áreas Protegidas Privadas para o Vale Carapito, Ermo das Águias, Paul de Toirões e Azilheira (se comprado).
- Conceber uma estratégia com as conclusões do projecto LIFEescape para garantir terras para conservação a longo prazo.
- Prosseguir os esforços para levar a cabo medidas de rewilding no corredor do Sistema Central (Malcata - Serra da Estrela) com uma colaboração assinada com a Câmara Municipal de Manteigas.
- Garantir direitos de caça para todo o Ermo das Águias e Paul de Toirões.

2.2.2 Círculo da Vida

Os esforços para promover a deposição livre de cadáveres irão continuar, e a disponibilidade alimentar para aves necrófagas, particularmente para abutres-pretos, será aumentada através da criação de uma estação de alimentação no Paúl dos Toirões e colaborações estabelecidas para salientar os serviços de ecossistema que as aves necrófagas trazem às comunidades locais.

- Obter a aprovação dos sete APANs já submetidos ao ICNF e torná-los funcionais.
- Mais 5 APAN submetidos.
- Criar um CACAN no Paul de Toirões e apoiar operadores turísticos e agricultores alvo a serem autorizados a deixar cadáveres.
- Estabelecer uma colaboração com o Município do Sabugal para os apoiar tecnicamente com uma estratégia de deposição e monitorização de CAAN Malcata no âmbito do Plano de Co-gestão da Malcata.

2.2.3 Rewilding Florestas e Pastagens

O pastoreio natural tem um papel fundamental na criação de florestas e prados mais funcionais, mas para além disso a RP irá também continuar com outras estratégias fundamentais, tais como a vigilância de incêndios. Além disso, serão levadas a cabo outras intervenções para promover a regeneração da floresta

natural e dos prados, incluindo pilotos para aumentar a dispersão de sementes e a expansão de um viveiro florestal para a criação de manchas florestais biodiversas.

- Programa de prevenção de incêndios com equipas de vigilância a coordenar voluntários e pastores.
- Assinar acordos com proprietários de terras e/ou áreas de caça para garantir a promoção da regeneração natural e/ou recuperação de prados em pelo menos 15 hectares dentro da área do projecto LIFE WolFlux.
- Restauro de pastagens em 14 hectares no Ermo das Águias e dois hectares (mosaicos) no Vale Carapito.
- Sementes de espécies alvo recolhidas na SIC Malcata e no Douro Internacional e cultivadas no viveiro da Ribeira do Mosteiro para melhorar os bancos de sementes e aumentar a resiliência às alterações climáticas nas áreas rewilding.
- Avaliar a viabilidade técnica da utilização de sementes selvagens para produzir alimentos para Taurus e definir um piloto, se viável. Frutos recolhidos e desidratados para produzir uma forragem para ajudar à dispersão de sementes pelos grandes herbívoros.
- Utilização experimental de melhoradores de alimentação (sal e açúcar) em giestas para aumentar o consumo destas espécies.
- Remoção de ciprestes em 41 hectares de área alvo no Paul de Toirões e criação de cobertura morta com ramos onde são colocados alimentos para bovinos de criadores de gado locais para restaurar o solo.

2.2.4 Rewilding Rios e Áreas Húmidas

Este ano a RP vai alargar as suas áreas de atuação na requalificação de rios e zonas húmidas graças a um acordo de gestão no Paúl dos Toirões e a novos financiamentos do Open Rivers Programme.

- Assegurar a realização com sucesso dos trabalhos preparatórios para a remoção de barreiras obsoletas no Rio Côa em 2024.
- Criar 60 a 90 charcos temporários no Paul de Toirões.
- Criar sete charcos na área do projeto LIFE WolFlux.
- Movimentações de terra nas lagoas para aumentar a superfície e retenção da água, criar novos habitats de nidificação como ilhas e margens lisas para instalação de caniçais e melhorar a oxigenação da água.
- Inventário e introdução de plantas aquáticas nas lagoas do Paúl de Toirões.

2.3 Corredores de Coexistência

A RP já integrou 64 cães de proteção de gado e 16 vedações à prova de lobo, eliminando ou reduzindo os ataques de lobo em várias explorações. Além disso, a equipa está ativa no terreno para ações rápidas de apoio em situações de conflito entre pessoas e animais selvagens, detecção e prevenção de furtivismo e trabalho com comunidades locais e uma rede de seis embaixadores da vida selvagem.

- Integrar o máximo possível de cães de proteção de gado na área de distribuição do lobo, atingindo pelo menos uma meta mínima de mais 16 cães de proteção de gado (80 no total).
- AcriGuarda capacitada para fortalecer e dar continuidade à rede de cães de proteção de gado.
- Pelo menos mais 10 vedações instaladas e garantir a execução de todo o orçamento.
- Continuar a realizar intervenções rápidas após ataques de lobos – apoiar o contacto com as autoridades e visitas para apoiar os criadores de gado com medidas de prevenção de prejuízos.
- Pelo menos mais 19 produtores apoiados diretamente com medidas de prevenção de prejuízos ou com orientações sobre medidas de prevenção de prejuízos ou como requerir indemnizações por danos, totalizando 90 produtores.
- Continuar a fortalecer relações pessoais e de confiança com as comunidades locais.
- Levar a cabo vigilância de furtivismo em áreas prioritárias para o lobo, outros animais selvagens e para a estratégia da RP.
- Rede de embaixadores da vida selvagem aumentada em 6 embaixadores adicionais e rede mais funcional.
- Organização de um encontro de embaixadores.
- Iniciar comunidades inteligentes de castores no Douro/Côa – apresentar uma nova candidatura a financiamento.
- Selecionar mais produtores para trabalharem com a Wilding Shoes e divulgar o impacto socioeconómico do trabalho da RP apoiando os produtores de gado com boas práticas de coexistência.
- Seleção de pelo menos cinco produtores para aderirem à marca Clima +.
- Divulgar resultados positivos da utilização de medidas de prevenção de prejuízos – registar testemunhos de casos de sucesso em formato audiovisual.
- Elaborar dois documentos técnicos, um sobre cães de proteção de gado e outro sobre vedações à prova de lobo e distribuir entre as partes interessadas relevantes, incluindo agricultores locais, ONGs, ICNF, veterinários e associações de criadores de gado.
- Lobby junto do ICNF e da Secretaria de Estado juntamente com ONGs e sindicatos de agricultores para organizar um processo participativo de alteração do Decreto-Lei 54/2016.
- Pressionar o ICNF para rever o nível de cumprimento do PAC Lobo, uma vez que se encontra no Despacho 9727 que as avaliações devem ser realizadas de cinco em cinco anos (2017-2022).
- Avaliar a viabilidade de um seguro a nível da paisagem de danos causados por predadores ou a criação de um novo fundo de compensação para o GCV.

2.4 Monitorizar o impacto do rewilding

A monitorização em 2023 vai centrar-se na recolha de dados de alguns indicadores para avaliar o impacto do trabalho desenvolvido no Grande Vale do Côa e com o lobo desde 2019. Além disso, a monitorização de espécies-chave como os abutres-pretos e aves de rapina vai continuar e a monitorização de outras espécies como castor vai começar. Para o Paúl de Toirões serão obtidos dados de base sobre vertebrados, invertebrados aquáticos e plantas aquáticas.

- Melhorar a recolha e partilha de dados por meio do Earth Ranger e ArcGIS online.

- Coordenar com a Terraprima a monitorização do pastoreio natural e do risco de incêndios – biomassa e estrutura.
- Coordenar com a Universidade de Aveiro a monitorização de corços a sul do Douro e no GCV.
- Coordenar a monitorização do lobo a sul do Douro com a ZooLogical.
- Coordenar a monitorização das atitudes sobre o lobo a sul do Douro – inquérito final WolFlux – com o CRIA.
- Acompanhamento do desempenho de cães de proteção de gado e satisfação com os mesmos e vedações à prova de lobo.
- Monitorização de coelhos e perdizes no Vale Carapito e Ermo das Águias.
- Impacto socioeconómico do CÔA - Corredor das Artes.
- Impacto socioeconómico da Rede CÔa Selvagem e outras iniciativas de natureza desenvolvidas.
- Monitorização de carbono com o ELP e Rewilding Europe.
- Projeto de licenciatura com Jens-Christian Svenning e Tristan Sørbye Rapp sobre os impactos do pastoreio natural no coelho.
- Projeto de mestrado sobre abutres.
- APANs e CAAN no Paúl dos Toirões.
- Colónia de abutres-pretos de Malcata
- Marcar três abutres-pretos na Malcata.
- Águia-real e abutres-do-Egito na ZPE Vale do CÔa Sul (Bogalhal, Colmeal, Ermo das Águias).
- Desenhar e implementar um protocolo de monitorização para acompanhar a expansão do castor no Douro e detetar a sua chegada a Portugal.
- Projetar e implementar um protocolo de monitorização para verificar avistamentos confiáveis das espécies-alvo.
- Monitorização de base de vertebrados no Paúl de Toirões.
- Avaliar a viabilidade e iniciar os preparativos/treino para ter uma equipa de deteção de indícios com cão de deteção para monitorização de lobos, lince e gatos selvagens.
- Incentivar voluntários e estagiários a expandir inventários de vegetação, fungos, vertebrados e invertebrados nas áreas rewilding.

3. Natureza para as Pessoas

Créditos de Carbono, desenvolvimento de negócios, Centro Rewilding, turismo no GCV, Rede CÔa Selvagem

O objetivo até ao final de 2023 é continuar a desenvolver uma economia baseada na natureza no GCV de forma a dar a conhecer o projeto rewilding, desenvolver a economia local, nomeadamente a Rede CÔa Selvagem e criar parcerias com entidades públicas e privadas para atrair investimento, financiamento apoio, marketing e publicidade.

3.1 Créditos de Carbono

Em 2023, a RP irá continuar a mapear áreas com potencial para a certificação de créditos de carbono no GCV, graças ao seu envolvimento num projeto da Rewilding Europe apoiado pela Grantham Foundation. O objetivo deste mapeamento é identificar as propriedades e os seus proprietários no GCV que podem ser abordados sobre a adesão a um esquema de certificação de carbono no GCV.

3.2 Desenvolvimento de negócios

A RP vai continuar a sua parceria com o projeto LIFE Maronesa no desenvolvimento da marca Clima+. Em 2023, a RP vai assinar contratos com pelo menos dois produtores locais elegíveis, executar o plano de marketing da marca e estabelecer um protocolo com os matadouros locais de forma rápida e desburocratizada para agilizar o processo de rotulagem. A meta é vender o primeiro lote de carne até o final do primeiro semestre de 2023.

No âmbito da colaboração com a Wildling Shoes, a RP vai apoiar a empresa alemã na procura de produtores com efetivos elegíveis, ajudá-los a encontrar um tosquiador profissional para os efetivos e acompanhar o segundo ano de tosquia. A equipa da RP vai também estudar o potencial turístico da atividade. Prevê-se que os primeiros sapatos resultantes desta colaboração estejam disponíveis para venda em 2023. A RP irá submeter este caso de estudo aos prémios Natura 2000 do programa LIFE.

3.3 Centro Rewilding

A RP vai desenvolver um plano de negócios para o Centro Rewilding como alojamento local no início do ano e colocar o alojamento local em funcionamento no primeiro trimestre de 2023, com o objetivo de ter pelo menos 50 hóspedes pagantes em 2023. Rewilding Portugal vai também apostar na formação dos membros da equipa alocados ao Centro Rewilding, desenvolvendo as suas competências para a gestão do alojamento local.

3.4 Turismo no GVC

Para os abrigos de observação de fauna no Paul de Toirões, a RP irá decidir a localização definitiva dos três abrigos no início do ano, reajustando os orçamentos e decidindo se a construção é feita pela RP ou se a obra é subcontratada. Um plano de negócios para esses abrigos será desenvolvido, e a meta é inaugurar os abrigos no segundo semestre. A RP pretende atingir 30% de ocupação três meses após os abrigos estarem operacionais. A RP também quer hospedar pelo menos um grupo escolar durante 2023.

Em termos de visitação às zonas RP, em 2023 serão desenvolvidos dois pacotes standard de visitação com a Rewilding Europe Travel para o GCV. Além disso, será estimulada a dinâmica entre membros da Rede Côa Selvagem e DMCs (Destination Management Companies). A RP também irá acompanhar as visitas às áreas da RP por parte de membros da Rede Côa Selvagem e outros DMCs, estabelecendo uma forma sistemática de recolher a informação necessária trimestralmente. Será feita uma avaliação das melhorias

necessárias à visitação dos espaços RP e acompanhamento da sinalética em Vilar Maior e Vale de Madeira. A terceira área rewilding estará aberta a visitação em 2023 (Paul de Toirões). Por fim, será feito um acordo de visitação para o Paul de Toirões.

A Rewilding Portugal vai também desenvolver um pitch de atividades de team building nas suas áreas rewilding que poderá ser enviado a empresas (Rewilding Week Retreats). Um plano de negócios e um plano de marketing serão desenvolvidos e uma lista de empresas com potencial interesse nessas atividades será criada. O objetivo é ter uma proposta pronta até ao final do primeiro semestre de 2023, e acolher pelo menos dois retiros corporativos em 2023. Também será desenvolvida uma proposta para relançar o conceito Flycamp, com um plano de negócios a ser desenvolvido e uma proposta pronta até o final do ano.

3.5 Rede Côa Selvagem

Para a Rede Côa Selvagem (RCS) irá ser desenvolvido um plano a cinco anos, com objetivos estratégicos a curto e médio prazo. O acordo entre a RP e os membros da rede também será revisto e atualizado, para ser renovado com todos os membros antes do final de 2023.

Durante o ano, a RP irá recolher o máximo de dados possível para perceber os drivers de crescimento de cada parceiro da rede. Isto implicará pedir aos membros informação sobre o volume de negócios anual, e que esteve directamente relacionado com o turismo de natureza, para poder iniciar uma base de dados para os próximos anos.

A meta anual é atrair cinco novos produtores para criar uma cesta rewilding completa para ser vendida online e para empresas, e aumentar a RCS para 40 membros até o final de 2023.

Será realizada uma campanha publicitária para a rede, desta vez dirigida a produtos e serviços específicos. Dando natural prioridade aos parceiros que mais colaboram connosco e que são estrategicamente mais importantes, nomeadamente aqueles que oferecem visitas às nossas áreas ou atividades que incluímos sempre nos nossos programas. Incluir também nestas campanhas a publicidade dos produtos destes associados que se encontram na loja online da RP, bem como vales de visitação às áreas rewilding.

Lançamento da segunda temporada da websérie “Rede Côa Selvagem” em Janeiro de 2023 e preparação/gravação da terceira temporada com novos membros da rede que entretanto surgiram, e que deverá estreiar em Setembro de 2023.

4. Promover Envolvimento

CÔA – Corredor das Artes, envolver as comunidades locais, eventos, meios de comunicação, comunicações da RP

4.1 CÔA – Corredor das Artes

Um dos maiores eventos durante 2023 será o festival CÔA – Corredor das Artes, que terá lugar durante o mês de julho. O festival será um esforço de toda a equipa que irá exigir contribuições específicas de diferentes partes da RP. Além das residências artísticas, o festival conta com cinco fins-de-semana com programação e o lançamento de um festival de curtas-metragens de natureza. Durante a primeira parte do ano serão fechados os contratos com os artistas para as residências artísticas, que acontecerão nos meses de março e abril. A programação dos fins-de-semana e semanas do festival também será finalizada, e acordos alcançados com todos os municípios sobre logística e layouts.

A RP vai aproveitar o festival como uma oportunidade para desenvolver relações positivas com os municípios do GVC, mantendo o contacto e garantindo bons canais de comunicação para prevenir problemas antes ou durante o festival. Além disso, o festival será uma ponte com a rede de parceiros da RP – a RP coordenará a presença da RCS no festival para dar boa visibilidade a todos os membros da rede.

Todos os esforços de marketing (website, redes sociais, press releases, merchandising etc.) serão realizados para garantir uma boa visibilidade do evento. Também será produzido um vídeo para divulgar o evento online. O website também irá incluir a programação do evento e uma loja online onde estarão disponíveis merchandising e bilhetes para os eventos pagos. Um catálogo final do festival será produzido após o evento. Cinco influencers serão trazidos para a área do projeto durante o festival CÔA para promover o trabalho da RP durante dois ou três dias mais dois dias de festival – um influencer por cada semana de festival.

4.2 Envolver as comunidades locais

A RP orgulha-se do seu trabalho de proximidade com as comunidades locais. À medida que a nossa área de intervenção cresce (devido a novas áreas da RP), é importante manter a consistência na nossa abordagem de trabalho com as comunidades locais. Em 2023 iremos desenvolver um calendário social de eventos para todas as áreas da RP (VC, EA, PT, RdM) e desenvolver uma estratégia global de envolvimento com as comunidades locais, autoridades locais e outras partes interessadas relevantes.

4.3 Eventos

Já estão previstos alguns eventos para 2023, entre os quais uma visita de troca de boas práticas no âmbito do projeto ELP, que decorrerá durante o festival do CÔA em julho. Adicionalmente, a RP vai colaborar com a aBEIRAR para a realização de um evento em Pinhel, focado na conservação da natureza e economias baseadas na natureza em março. A RP vai ainda participar numa iniciativa da Cascais Ambiente (Quinta do Pisão) para promover o rewilding, fazendo algumas apresentações online e realizando uma edição

especial do Rewilding Photo Contest para a região da Serra de Sintra. A RP vai também participar na edição de 2023 do festival NaturCôa, no Sabugal, onde serão anunciados os vencedores da 3ª Edição do Rewilding Photo Contest.

4.4 Meios de comunicação

Realização de algumas visitas com jornalistas ao GCV, para trazer meios de comunicação nacionais e internacionais a conhecer e divulgar o trabalho da RP.

4.5 Comunicações da RP

A RP aposta no crescimento contínuo das suas redes sociais, dando continuidade ao que foi feito e alcançado em 2022. Os objetivos para 2023 são atingir os 21,000 likes no Facebook; 25,000 seguidores no Instagram; 5,000 seguidores no Twitter; 1,300 inscritos no Youtube; 2,000 assinantes das newsletters; 4,000 seguidores no LinkedIn.

A RP vai também alargar a utilização de quizzes a outras redes sociais que se têm revelado uma boa ferramenta – um mínimo de 100 quizzes em várias redes sociais em 2023. Continuará ainda a coordenar o grupo português “Rewilders” no Facebook e a aumentar o número de participantes, com o objetivo de atingir os 2,500 Rewilders em 2023. Também será desenvolvido um plano de publicidade online para os principais conteúdos que requerem este investimento, para saber o valor que será gasto ao longo do ano e em que tipo de conteúdo.

Adicionalmente, durante o ano de 2023, serão publicados 25 novos vídeos no canal de YouTube da RP, apostando em vídeos curtos de armadilhagem fotográfica e observações de espécies, aproveitando assim para dinamizar cada vez mais a conta de Youtube e aumentar o seu alcance até ao segundo documentário.

Também serão realizadas as gravações do segundo documentário, e a equipa da RP acompanhará o trabalho de João Cosme ao longo do ano, preparando o roteiro do documentário e apoiando o produtor no que for preciso. O principal objetivo será que o documentário seja estreado em dois a três eventos – Lisboa, Porto e Grande Vale do Côa – e depois transmitido na RTP1 antes de ficar disponível online gratuitamente. O documentário provavelmente será estreado em 2024.

Será organizada uma Edição Especial do Rewilding Photo Contest em colaboração com a Cascais Ambiente (Quinta do Pisão) e a terceira edição do Rewilding Photo Contest será organizada com o evento Naturcôa, em conjunto com o município do Sabugal. A meta para 2023 é ter 300 participantes nas quatro categorias.

A RP continuará também a atualizar o seu website ao longo do ano, com uma revisão inicial das alterações e correções necessárias efetuadas no início do ano. Serão criadas novas páginas web para o Rewilding Photo Contest e também será criada uma página web para o Centro Rewilding quando este abrir como alojamento local.

Adicionalmente, a RP irá desenvolver a sua revista WILD 2022, no mesmo estilo do ano de 2021, visando ter a revista disponível para venda em março de 2023. Adicionalmente, serão também desenvolvidos

materiais promocionais e informativos relacionados com o GCV para divulgar a área e explicar o trabalho que está a ser feito na área no âmbito do projeto ELP. Especificamente, será desenvolvida uma versão em inglês do mapa do Grande Vale do Côa. Um livreto de projeto para o projeto LIFE WolFlux (Ação E.2) também será preparado até o final de outubro de 2023.

5. Liderança e iniciativa

Esforços nacionais e transfronteiriços liderados pela RP

Um dos objetivos apontados pela equipa para 2023 foi ser os promotores do regresso do castor a Portugal. Para tal, a RP irá organizar um evento para o regresso do castor (simpósio online) durante o segundo semestre do ano, para iniciar a discussão a nível nacional sobre o regresso desta espécie-chave. Durante o ano a RP vai também incluir nas suas comunicações informação sobre a espécie, o seu papel ecológico e benefícios para os ecossistemas, de forma a dar a conhecer esta espécie pouco conhecida em Portugal.

A RP vai ainda organizar uma segunda mesa redonda com partes interessadas portuguesas e espanholas no âmbito do projeto LIFE WolFlux (Ação E.7) para discutir medidas de prevenção de prejuízos e esquemas de compensação de danos.

6. Financiamento e angariação de fundos

Candidaturas, projetos atuais e novos, parcerias, outras atividades de angariação de fundos

6.1 Candidaturas

A RP vai fazer candidaturas para garantir financiamento adicional por meio de projetos que atendam aos objetivos gerais e à missão da organização. Pelo menos cinco novas propostas serão apresentadas em 2023, e apenas bolsas superiores a 100,000 euros serão consideradas. No entanto, bolsas de nível inferior também poderão ser consideradas (até cinco novas por ano), quando essas candidaturas são muito simples (apenas algumas páginas) e os requisitos de relatórios também são simples (relatório final).

6.2 Projetos atuais e novos

A RP está atualmente a implementar quatro projetos, dois dos quais iniciados em 2019 e dois em 2022. O projeto LIFE WolFlux e o ELP – Scaling Up Rewilding in the Greater Côa Valley iniciaram-se em 2019, sendo 2022 o quarto ano de implementação desses projetos de 5 anos. Devido à pandemia e outros atrasos, será solicitada uma prorrogação sem custos a ambos os projetos, pelo que só terminarão em 2024, em vez de 2023 como inicialmente previsto. Estes dois projetos estão a ser implementados em parceria com a Universidade de Aveiro, Zoo Logical, ATNatureza e Rewilding Europe. A RP é a Beneficiária Coordenadora do projeto LIFE WolFlux, enquanto a Rewilding Europe é a entidade coordenadora do projeto ELP.

Em 2023, vão arrancar dois novos projetos, nomeadamente o projeto Open Rivers Program para a obtenção de licenças para a remoção de três barreiras obsoletas no rio Côa, e o projeto Rewilding Paul de Toirões, apoiado pela Mossy Earth e pelo Ecological Restoration Fund.

6.3 Parcerias

A RP tem atualmente várias parcerias, desde parceiros de projetos a particulares e empresas, bem como parcerias com entidades públicas. A parceria com a Symington Family Estates vai continuar, e durante 2023 será lançada uma versão branca do vinho Altano Rewilding. Também serão publicados filmes de vídeo promocionais no final de 2022 para a edição Rewilding Altano.

A colaboração com a iniciativa loboiberico.pt, que tem um site sobre o lobo ibérico e comercializa peças artesanais únicas, cujas receitas revertem para organizações que trabalham na conservação da espécie, será aprofundada, com um novo produto específico a desenvolver em parceria com RP.

Além disso, a colaboração com a marca de roupas sustentáveis Indagatio também será desenvolvida e algumas atividades conjuntas planeadas. Espera-se que a colaboração com a Accenture seja concluída com software de inteligência artificial para triagem automática de fotografias de armadilhagem fotográfica disponibilizado à equipa da RP.

6.4 Outras atividades de angariação de fundos

A RP irá continuar a promover o Patreon, para obter financiamento para as atividades da associação. A meta para 2023 é aumentar o número de patronos para 120, elevando a contribuição mensal para cerca de 600 euros.

Adicionalmente, a RP vai continuar a promover a sua loja online, aumentando a gama de produtos oferecidos e estudando as opções que melhor funcionam. A meta para 2023 é ter uma gama de 20 produtos à venda, com um mínimo de 200 vendas durante o ano.

Em 2023, a RP irá finalizar a sua Estratégia de Angariação de Fundos, estabelecendo metas claras para 2025 e 2030. Além disso, a RP irá identificar atempadamente os concursos públicos ou privados relevantes aos quais apresentar candidaturas.

Graças ao apoio da TENT, no primeiro semestre de 2023 a RP também terá um cargo de relações públicas dedicado (Nuno Luz) trabalhando para garantir financiamento adicional para a organização. Reuniões regulares serão realizadas com o consultor para garantir o alinhamento entre as tarefas e os objetivos.

Outra fonte importante de financiamento são as vendas do vinho Rewilding Altano, e a RP continuará a manter um bom relacionamento com a Symington Family Estates, usando o vinho Altano Rewilding em seus próprios eventos e atividades promocionais, e fornecendo todas as informações solicitadas à Symington sempre que necessário.

7. Institucional

Questões administrativas, legais e financeiras

7.1 Questões legais

7.1.1 Seguros RP

A RP detém atualmente diversos seguros, abrangendo os seguros dos seus colaboradores, viaturas e Centro Rewilding. Em 2023, a RP terá uma visão completa de todas as apólices de seguros existentes, incluindo as apólices, sua data de validade e outros detalhes relevantes, subscreverá um seguro de responsabilidade civil para a RP e fará uma avaliação das necessidades atuais e futuras de seguros da RP.

7.1.2 Estatuto de Entidade de Interesse Público

A RP está neste momento a preparar o processo para assegurar o seu estatuto de utilidade pública. Em 2023, a RP irá preencher o checklist da Gama Glória para atribuição de status. O objetivo é submeter o pedido ao governo para atribuição do estatuto antes do final do ano.

7.1.3 Auditoria anual

A RP é auditada anualmente. Além disso, alguns projetos da organização também exigem auditorias periódicas. Em 2023, a RP irá garantir que a auditoria de 2022 é realizada sem problemas e finalizar a auditoria intermediária do projeto LIFE WolFlux.

7.1.4 Políticas Internas RP

Em 2022 a RP começou a estabelecer algumas políticas internas para o funcionamento da organização. As políticas internas em vigor são o Código de Conduta RP, Política de Eventos RP, Política de Green Procurement RP, Protocolo Interno para Resolução de Situações de Conflito no Local de Trabalho, Política Interna de Subcontratação e Política Interna de Viagens. Em 2023, a RP irá revisar todas as políticas existentes para garantir que estas estão atualizadas e adequadas às suas finalidades. Além disso, será avaliada a necessidade de desenvolver novas políticas internas para a equipa. Todas as políticas existentes serão compiladas num Manual de Operações. Será realizada uma sessão de formação com toda a equipa, para que todos estejam a par das políticas existentes.

7.1.5 Inventários

Atualmente, a RP possui um conjunto extenso de materiais, incluindo equipamentos eletrónicos, equipamentos de campo e outros materiais relevantes. Em 2023, a RP irá rever o seu inventário trimestralmente para garantir as adições de qualquer equipamento recém-adquirido e fará um inventário de equipamentos de campo e equipamentos de proteção individual.

7.2 Recursos Humanos

7.2.1 Requisitos Legais

A RP tem requisitos legais anuais relativos ao seu pessoal que devem ser acompanhados e assegurados. Em 2023, a RP irá garantir que a consulta médica anual com a EgiClinica seja mantida por todos os membros da equipa e assegurar que todos os membros da equipa cumprem o requisito mínimo de receber 40 horas de formação.

7.2.2 Avaliações Anuais e atualizações de salários

A RP desenvolveu uma Política de Remuneração que especifica os procedimentos para a Avaliação Anual (que decorre todos os anos no mês de março). Esta política também especifica como/quando os membros da equipa são elegíveis para atualizações salariais com base em escalas salariais e avaliações de desempenho. Em 2023, a RP irá disponibilizar esta política a todos os membros da equipa. As avaliações anuais decorrerão em março de 2023.

7.3 Frota Automóvel

A RP conta atualmente com uma frota de dez carros, que precisa de ser gerida para garantir que a maioria dos carros esteja sempre disponível para a equipa realizar as suas tarefas. Em 2023 a RP vai criar um calendário online de todas as revisões/inspeções das viaturas. Adicionalmente, a RP irá assegurar todas as outras necessidades de manutenção das viaturas.

7.4 Gestão de projetos

A RP tem atualmente vários projetos a decorrer em simultâneo, o que implica esforços para garantir a gestão adequada destes projetos e a manutenção de boas relações com os financiadores. Em 2023, a RP identificará a função de gestor de projeto para cada um dos projetos da RP, enviará todos os relatórios técnicos e financeiros necessários em tempo útil e irá manter boas relações com os financiadores atuais.

Relatório de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ARIP – Associação Rewilding Iberia PT** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2022 (que evidencia um total de 3.231.884,25 EUR e um total de fundos patrimoniais de 681.586,18 EUR, incluindo um resultado líquido negativo de 3,92 EUR), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ARIP – Associação Rewilding Iberia PT** em 31/12/2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Guarda, 31 de março de 2023

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.

Registada na CMVM sob o n.º 20161443

Representada por Fernando José Pêga Magro, ROC n.º 819

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA

CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6º G

1600 - 001 Lisboa - Portugal

Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2º Esq. B

6300 - 758 Guarda - Portugal

Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt

Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores membros da Assembleia Geral:

1- Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vem o Fiscal Único da ARIP – Associação Rewilding Iberia PT (ARIP), apresentar o Relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir Parecer sobre o Relatório, Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foram submetidos à sua apreciação pela Direção.

2- Acompanhámos com regularidade o desenrolar dos negócios e atividade da ARIP, tendo recebido da Direção todos os elementos necessários para o desempenho das nossas funções.

3- No cumprimento da nossa ação fiscalizadora, procedemos às verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo efetuado os testes e outros procedimentos com a profundidade que julgamos adequada nas circunstâncias, tendo recebido dos serviços toda a colaboração solicitada.

4- Como Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitimos o documento de Relatório de Auditoria, que aqui se dá como integralmente reproduzido.

5- Considerando que o Relatório da Direção descreve de modo claro a evolução registada pela ARIP, tendo em atenção o referido Relatório de Auditoria e dado que não tomamos conhecimento de qualquer violação à Lei e aos Estatutos, somos de parecer:

- a) Que aprovem o Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais, apresentados pela Direção e referentes ao exercício de 2022;
- b) Que aprovem o Relatório de Gestão e a proposta de aplicação de resultados.

Guarda, 31 de março de 2023

O Fiscal Único



Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.

Registada na CMVM sob o n.º 20161443

Representada por Fernando José Pêga Magro, ROC n.º 819

Rewilding Portugal

